



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LARISSE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A FORMAÇÃO
POLÍTICA DO (A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL:
CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

NATAL/RN

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LARISSE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA DO (A) ESTUDANTE DE
SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

NATAL/RN

2008

LARISSE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA DO (A) ESTUDANTE DE
SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a. Silvana Mara de Moraes dos Santos

NATAL/RN

2008

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Rodrigues, Larisse de Oliveira.

O Movimento Estudantil e a formação política do (a) estudante de Serviço Social: contribuições e desafios / Larisse de Oliveira Rodrigues. - Natal, 2008.

98 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Silvana Mara de Moraes dos Santos.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social.

1. Serviço Social - Monografia. 2. Movimento estudantil - Monografia. 3. Formação profissional - Monografia. 4. Política - Monografia. I. Santos, Silvana Mara Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 36(81)

LARISSE DE OLIVEIRA RODRIGUES

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA DO (A) ESTUDANTE DE
SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal, 07 de julho de 2008.

Professora Dr^a. Silvana Mara Morais dos Santos

Orientadora

Com muito carinho e alegria dedico:

A minha família pessoas que me ensinaram a caminhar pela vida com amor e honra.

A quem me apoiou diretamente na construção deste trabalho, dedicação que foi essencial neste momento.

A todas (os) que durante minha jornada enquanto militante sofreram com minha ausência.

As companheiras de luta diária, que sonham e com amor trilham o caminho da esperança ao meu lado.

Aqueles cujo a história não registrou o nome, mas que tiveram a ousadia de tentar mudá-la para o bem da humanidade.

Aos 'lutadores do povo' que dedicam suas vidas a transformar este mundo em um lugar digno de se viver, que a chama da esperança esteja sempre presente em nossos corações!

AGRADECIMENTOS

Com a alma resplandecendo de alegria venho agradecer algumas pessoas especiais que contribuíram no meu processo de formação.

A minha família:

- Minha mãe, Lourdinha, que com toda sua sabedoria e garra chegou comigo até aqui, exemplo de mulher, mãe e pai, soube me educar e apontar os caminhos que acredita estar a minha felicidade. Sua dedicação e amor foram essenciais para me tornar a pessoa que sou. Só terei verdadeiras vitórias com você ao meu lado!

- A minha irmã, Rebecca, que acompanhou com alegria e confiante do meu sucesso a minha formação. Obrigada pelas inúmeras vezes que você abriu mão do que queria por mim, nem imagino o quanto deve ser difícil ser irmã, mais nova, de alguém como eu.

- Ao meu irmão, Moisés, pelo olhar de admiração e confiança que da sua forma, séria e carinhosa, sempre me acompanhou em minha vida.

- A minha tia, tios e primas que sempre acreditaram no meu sucesso e desejaram minha felicidade, vocês me incentivaram através do amor.

- Aos meus avós, Rita e Manuel (in memoriam), vocês que sem saber ler ou escrever me passaram a maior sabedoria de viver: dedicação, respeito e amor.

As minhas amigas e companheiras:

- As amigas sempre fieis que formam comigo o quinteto: Káthia, Maga, Karla e Rebecca. Pessoas que me ensinaram da forma mais bonita o significado da palavra lealdade.

- A Wisane que se prontificou com toda dedicação me ajudar neste trabalho.

- Ao “meu” grupo: Amanda (A mãe), Ana Kalina (Faltina), Gercilia (A honesta), Janaina (RS RS) e Roberta (A elegante). Vocês que durante esses quatro anos de caminhada árdua nunca se separaram e mostraram do principio ao fim o que é um grupo.

- As minhas colegas de turma Alisandra e Eliana pela afinidade adquirida durante o processo.

- As minhas companheiras de CASS, que no decorrer da caminhada se tornaram amigas daquelas que guardamos no “lado esquerdo do peito”: Amanda, Cássia, Cleci, Cris, Elisa,

Heli, Nat, Priscila e Suedy. As que contribuíram no início da jornada: Adaciara, Carla, Miriana e Shirley. Como também, as que chegaram ao final: Iracilde, Isabelle, Larisse e Márcia. Saibam que vocês contribuíram diretamente na minha formação pessoal e política, sei que “quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”.

- As minhas companheiras de PDP e da UECERN: Andréa, Ani, Cris, Helo, Ju, Ranieri, Rebeca, Márcia, Meiry, Manu, Eduarda, Fernandinha e Natália, pessoas que me identifiquei política e pessoalmente durante minha militância.

- Aos companheiros e companheiras do curso de formação política da juventude em movimento do RN (MST, DCE, FEAB, MESS, movimento feminista e Consulta Popular), que me mostraram a beleza da luta e a alegria da conquista.

- A Andréa Alice que esteve ao meu lado desde o início do trabalho, companheira de ENESSO, de PDP, de militância e de vida.

As mestres:

- Ilka, Miriam, Rita e Adriana que contribuíram no meu processo de formação profissional.

- A Solange, minha orientadora de estágio, que me ensinou no cotidiano o que é ser Assistente Social.

- A minha orientadora, Silvana Mara, pessoa reconhecidamente comprometida com o projeto ético político do Serviço Social, que se disponibilizou me acompanhar nesse processo.

Agradeço a todos e todas que contribuíram nesse momento tão importante de minha vida!!!

“**A**briu-se para nós nesta fresta de tempo ao fim do século
A possibilidade de dizer: que fome, miséria e tirania não são heranças
Heranças são as obras, são os feitos, são os sonhos
Desenhados pelos pés dos velhos caminhantes
Que plantaram na história sementes de esperança
E nos legaram a tarefa de fazer através da luta, o caminho de vencer.
Marchar é mais do que andar é traçar com os passos
roteiro que nos leva à dignidade sem lamentos.
As fileiras como cordões humanos mostram os sinais dos rastros perfilados
Dizendo em seu silêncio que é preciso despertar e colocar em movimento
Milhões de pés sofridos, humilhados em todo o tempo
Sem temer tecer a liberdade.
E nessas marcas de bravos lutadores
Iniciamos a edificação de novos seres construtores
De um projeto que nos levará à nova sociedade.
Marchamos por saber que em cada coração há uma esperança
Há uma chama despertada em cada peito
E a mesma luz é que nos faz seguir em frente
E tecer a história assim de nosso jeito.
A dor, a fome, a miséria e a opressão não são eternas
Eternos são os sonhos, a beleza e a solidariedade
Por estarem ao longo do caminho de quem anda
Em busca da utopia nas asas da liberdade.
As marchas alimentam grandes ideais
Porque grande é o sonho de cada caminhante
Que faz nascer do pranto a alegria
Da ignorância a sabedoria
E das derrotas vitórias triunfantes.
Venham todos! – Dizem nossas bandeiras
Que se balançam como chamas nas fogueiras
E queimam as consciências de nossos inimigos
Que fazem da pátria galhos onde se aninham
Abutres que comem:
Das fábricas os empregos,
Dos hospitais os remédios e a saúde
Das escolas as letras que educariam a juventude,
E da terra o direito de viver a liberdade.
Assim a pátria passa ser propriedade
Privada, escravizada e obrigada
A entregar aos filhos logo ao nascer
A incerteza de passar o dia e não ver o anoitecer.
Marchar se faz necessário para espantar os abutres desta estrada
E construir sem medo o amanhecer.
Pois, se eternos são os sonhos
Eterna também é a certeza de vencer”

(Ademar Bogo)

RESUMO

A partir da crise política, social e econômica advinda com o capitalismo, organizam-se politicamente diversos sujeitos coletivos para lutar contra o sistema e suas conseqüências. Entre esses sujeitos coletivos figuram os movimentos sociais, que buscam a partir do referencial teórico marxista, a transformação social. A mudança da ordem seria, então, uma conseqüência das ações políticas organizadas, com o objetivo de atingir todas as esferas das relações sociais. O movimento estudantil se constitui como um movimento social que atua organicamente na luta pela educação com a direção social contestadora da ordem social vigente. Neste trabalho será abordado especificamente o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que possui sua ação política direcionada pelos estudantes do curso de Serviço Social. Em 1978 o MESS realiza, após o período ditatorial, o primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). No ano de 1988 é criada sua entidade de representação nacional, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional de Estudantes (SESSUNE), que em 1993 passa a se chamar Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), com o objetivo de ser um canal de expressão dos estudantes de serviço social. Historicamente o MESS possui caráter democrático e participativo, na luta por uma formação profissional de qualidade e na defesa da classe trabalhadora, articulando suas lutas com a categoria profissional dos Assistentes Sociais e com os demais movimentos sociais. Os desafios, a organização estrutural e política do movimento será um dos pontos apresentados para que se possa compreender como se desenvolve sua ação política. O Serviço Social possui postura político-ideológica que visa promover uma hegemonia social, e está comprometido com a construção de uma superação da ordem social vigente, com o desejo de justiça social e democracia plena. Assim, a formação profissional crítica vem sendo uma das maiores defesas do MESS, que elabora estratégias de enfrentamento da precarização do ensino. O MESS constitui então um espaço cotidiano de ação política, como também um espaço de formação político-profissional dos estudantes de Serviço Social.

Palavras-chave: Movimento Estudantil. Formação política do Assistente Social. Organização política.

RÉSUMÉ

À partir de la crise politique, sociale et économique qui s'installe avec le capitalisme, différents sujets collectifs s'organisent politiquement afin de pour combattre le système et ses conséquences. Parmi ces sujets collectifs figurent les mouvements sociaux, lesquels poursuivent les transformations sociales à partir du référentiel théorique marxiste. Le changement de l'ordre serait, alors, une conséquence des actions politiques organisées, qui ont pour objectif d'atteindre toutes les sphères des relations sociales. Le mouvement étudiant constitue un mouvement social qui agit organiquement dans la lutte pour l'éducation, et dans la contestation de l'ordre social dominant. Dans ce travail il sera notamment question du Mouvement Étudiant du Service Social (MESS), dont l'action politique est coordonnée par les étudiants du cours de Service Social. Celui-ci réalise en 1978, après la période dictatoriale, la première Rencontre Nationale des Étudiants en Service Social (ENESS). En 1988 est créée son entité de représentation nationale, le Sous-secrétariat des Étudiants en Service Social de l'Union Nationale des Étudiants (SESSUNE), qui devient en 1993 le Comité Exécutif National des Étudiants en Service Social (ENESSO), avec l'objectif d'être un canal d'expression des étudiants en service social. Historiquement, le MESS, qui possède un caractère démocratique et participatif, est engagé dans la lutte pour une formation professionnelle de qualité et dans la défense des travailleurs. Il articule leurs luttes avec celles de la catégorie professionnelle des Assistants Sociaux et d'autres mouvements sociaux. Les défis, l'organisation structurale et politique du mouvement sera un des points présentés pour qu'on puisse comprendre comment se développe son action politique. Le Service Social prend une position politico-idéologique qui a pour but de promouvoir une hégémonie sociale, et d'aller au-delà de l'ordre social dominant, guidé par un double désir de justice sociale et d'entière démocratie. C'est pourquoi la formation professionnelle critique reste un des plus grands combats du MESS, qui élabore des stratégies destinées à permettre d'affronter la précarisation de l'enseignement. Le MESS constitue ainsi un espace quotidien d'action politique, de même qu'un espace de formation politico-professionnelle pour les étudiants en Service Social.

Mots cless : Mouvement Estudiantin. Formation politique de Assistant Social. Organisation politique.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

AI5 – Ato Institucional nº 5

ANDES- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

CA – Centro Acadêmico

CASS – Centro Acadêmico Serviço Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONESS – Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CONLUTE – Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

CORESS – Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DA – Diretório Acadêmico

DCE – Diretório Central dos (as) Estudantes

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social

FENEX - Fórum Nacional das Executivas de Curso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GD – Grupo de Discussão

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Base

LGBTB – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

ME – Movimento Estudantil

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social

NMS – Novo Movimentos Sociais

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PDP – Projeto Democrático Popular

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

REUNI – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESSUNE – Subsecretaria dos Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social

SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social

UCSAL – Universidade Católica de Salvador

UEE – União Estadual dos Estudantes

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

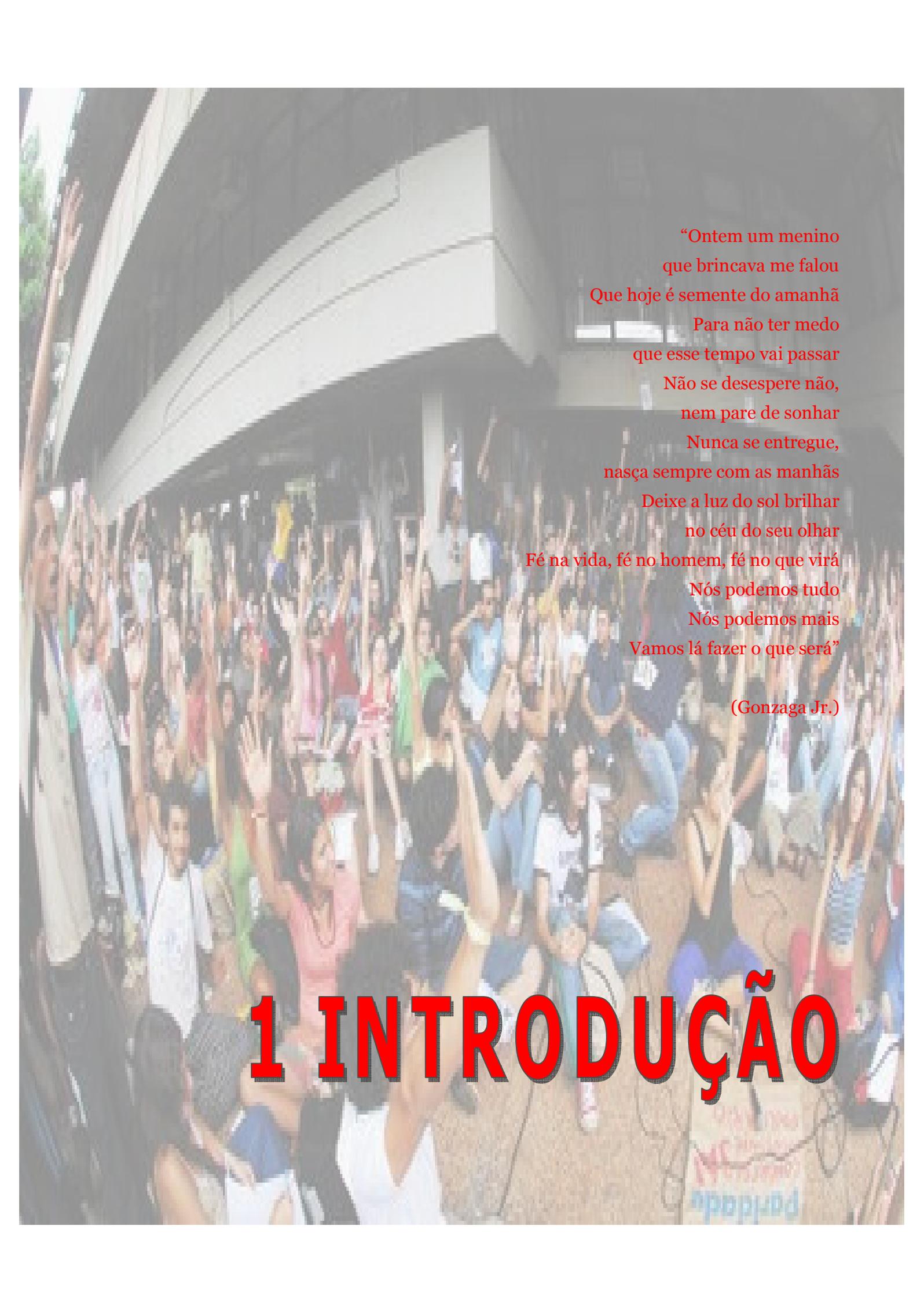
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNE – União Nacional dos Estudantes

VNL – Viver na Luta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	20
2.1 “NÃO VOU ME ADAPTAR!”: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ATUAL CENÁRIO DE CRISE DO CAPITAL	22
2.2 “UM CONVITE A REBELDIA”: O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO SUJEITO DE AÇÃO POLÍTICA	27
2.2.1 “Os Sonhos não envelhecem”: trinta anos de reorganização do MESS	27
2.2.2 “Me organizando posso desorganizar”: estrutura e organização do MESS	33
2.2.3 “O desafio é (re) encantar-se”: questões e perspectivas para o MESS	42
3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DO(A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL	52
3.1 “SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE”: O PROJETO ÉTICO - POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL	54
3.2 “A BELEZA DE SER UM ETERNO APRENDIZ”: O MESS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	66
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	83
APÊNDICE A - Estatuto da ENESSO	84
ANEXO	97
ANEXO A – Questionário usado nas entrevistas	98



“Ontem um menino
que brincava me falou
Que hoje é semente do amanhã

Para não ter medo
que esse tempo vai passar

Não se desespere não,
nem pare de sonhar

Nunca se entregue,
nasça sempre com as manhãs

Deixe a luz do sol brilhar
no céu do seu olhar

Fé na vida, fé no homem, fé no que virá

Nós podemos tudo

Nós podemos mais

Vamos lá fazer o que será”

(Gonzaga Jr.)

1 INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Nos anos de 1980 no Brasil, se intensificaram os espaços de participação política dos sujeitos coletivos, tais espaços foram provocados pela organização popular na perspectiva de luta pela retomada do Estado de direitos e apoio as reivindicações no campo democrático-popular. Surge uma diversidade dos sujeitos coletivos que se manifestam frente a uma ofensiva neoliberal¹ que precariza as condições de vida da classe subalterna e que não favorece a organização popular, em seu processo de luta por direito ao trabalho, à política de seguridade social pública e universal e a um conjunto de reivindicações em áreas como a educação, sexualidade, infância e adolescência, dentre outros, por sua ideologia contestatória ao sistema capitalista².

Na década de 1980, vários estudos sobre os movimentos sociais alertaram para o caráter de novidade que traziam em suas reivindicações, especialmente por meio dos movimentos feminista e popular, aqui incluídos os sujeitos coletivos organizados nos bairros dos grandes centros urbanos. No entanto, segundo Santos (2005) parte desses estudos superdimensionam a construção política desses movimentos, enfatizando visões distintas e românticas, frente a sua ação perante os partidos políticos e o Estado.

Estes movimentos, denominados populares, emergem como uma alternativa coletiva de luta e resistência da população trabalhadora no enfrentamento aos aparelhos do Estado, perante os conflitos entre as necessidades de consumo coletivo e o privilegiamento do capital em detrimento do trabalho, pois imprimem a construção das identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos e fundamentalmente, a luta contra o *status quo* predominante (VIEIRA, 2003, p. 16).

Historicamente, dentre as diversas formas de participação política da juventude brasileira (movimento negro, de bairro, de mulheres, pastorais da juventude, dentre outros) que tem mais destaque é o movimento estudantil, que apesar de inúmeras divergências internas,

¹ A Política Neoliberal é caracterizada pela redução do Estado na esfera econômica e social, abertura do mercado às importações, precarização do trabalho, privatização de bens estatais, reajuste fiscal, transferência da responsabilidade do Estado para a esfera financeira, desemprego em massa como um mal necessário. Uma das faces do Capitalismo, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, visando à acumulação do capital (FALEIROS, 1988).

² Capitalismo é um modo de produção onde os meios de produção estão concentrados nas mãos de uma classe – classe dos capitalistas – que subordina e explora a força de trabalho e o processo de produção do capital. Isso implica numa completa separação do trabalho dos meios de produção e numa crescente mercantilização da sociedade. (MARX, 1980).

dificuldades de organização e aglutinação, no âmbito do Serviço Social, atua ancorado no contexto sócio-histórico, com propostas voltadas às mudanças de valores e novas formas de sociabilidade.

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) tem uma ação política de caráter contestador da ordem social vigente e desenvolve debates e proposições de caráter coletivo e democrático com compromisso com a classe subalterna. Desta forma, busca se aliar com os demais movimentos sociais para garantir seus interesses e ampliar suas ações políticas. Neste sentido, o MESS é um ambiente cotidiano de ação política.

Entretanto, a ação política do MESS não possui um caráter imutável ou de um único perfil, pois sua ação política é definida considerando as determinações objetivas e forma de expressão dos sujeitos que o constroem. Os estudantes possuem suas ideologias e concepções políticas que, junto com outros determinantes dão forma de atuação e organização política do movimento. Como afirma Ramos e Santos (1997, p. 2),

[...] para apreendermos o caráter e o conteúdo da sua ação política faz-se necessário analisar, em cada conjuntura histórica, a maneira como o movimento se organiza, bem como a postura político-ideológica assumida por seus dirigentes e as alianças que estabelece com outros sujeitos.

Historicamente, o MESS tem desenvolvido suas ações de maneira a lutar por uma formação profissional de qualidade e por um conjunto de direitos que asseguram acesso ao trabalho e políticas sociais universais. Do ponto de vista estratégico a concepção hegemônica no movimento, defende a superação do capitalismo ao questionar os diversos valores culturais impostos pelo sistema. Desta forma, tem como objetivo central contribuir na elaboração de uma nova hegemonia social, o que implica lutar por uma formação voltada a produção de consciências críticas sobre as relações sociais no contexto da sociabilidade capitalista.

As lutas cotidianas dos estudantes reforçam o papel social do MESS, tanto com os estudantes, quanto com a sociedade em geral, pois organiza suas proposições para o âmbito interno da universidade e para conjuntura social e política do país. Desta forma, de acordo com Ramos (2008, p. 9),

é importante ressaltar que o segmento estudantil é considerado como partícipe fundamental da organização política da categoria dos (as) assistentes sociais no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais sujeitos

coletivos da profissão, como um dos segmentos que constroem o processo organizativo do Serviço Social.

O Serviço Social é uma profissão que, cotidianamente, atua na intervenção direta das diversas expressões da Questão Social, engendradas pelo sistema capitalista, e que, contraditoriamente, sofre tensões por esse sistema, pois este se utiliza do Serviço Social para regular as tensões sociais e manter a dominação de classe.

É nesse sentido que, atuando como “construtor”, “organizador” e “persuasor permanente”, o assistente social pode atender ao mesmo tempo as demandas da classe capitalista e dos seus representantes no Estado, exercendo atividade auxiliar e subordinada no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante, e as necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora (KAMEYAMA, 1994, p. 8).

Devendo ser, portanto, uma formação profissional comprometida com valores democráticos e voltada para o desenvolvimento de uma nova cidadania na vida social, o que significa um novo ordenamento das relações sociais (IAMAMOTO, 2005a). É necessária então, uma formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que se tenha uma compreensão do significado social da profissão, e formulem possibilidades de ações que enfrentem os diversos desafios dos profissionais em seu cotidiano.

A formação profissional qualificada é na atualidade um dos debates centrais na categoria profissional e estudantil, em vista a precarização que perpassa o ensino superior na atualidade, aprofundada a partir da política neoliberal adotada durante o governo Lula. Esse processo de contra reforma que vivencia as políticas sociais, e no caso a política de educação, reflete diretamente nas condições efetivas da implementação das diretrizes curriculares³, se contrapondo com o projeto profissional defendido hegemonicamente pela categoria. Está posto então, o desafio da luta pela defesa do referencial construído pela profissão ao longo de setenta anos de Serviço Social no Brasil⁴.

Meu interesse por esta temática surgiu a partir da experiência vivenciada nas gestões⁵ da coordenação do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS) da Universidade Federal do Rio

³ A proposta de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social foi aprovada em 1996, após a realização de aproximadamente duzentas oficinas locais, vinte e cinco regionais e duas nacionais para a discussão do currículo mínimo para o curso de graduação em Serviço Social (JORGE, 2000, p. 144).

⁴ A primeira escola de Serviço Social no Brasil surge no ano de 1936 na cidade de São Paulo.

⁵ Gestões: “Mudando o mundo na mudança da mente” 2005/2006, “Pensar e agir para transformar” 2006/2007 e “O desafio é mobilizar e reencantar!” 2007/2008.

Grande do Norte (UFRN) e na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social⁶ (ENESSO) e estas que são entidades de representação local e nacional dos estudantes de Serviço Social evidenciou-se, que a participação no MESS é um fator extremamente relevante no processo de formação do estudante de Serviço Social, pois tem potencial para contribuir com a formação crítica, ética e política dos estudantes, a partir da atuação política vivenciada no cotidiano do movimento. Com possibilidades de discussões sobre o campo ético-político e diversas reivindicações sobre a universidade e à luta em favor da classe trabalhadora.

Desta forma, este trabalho pretende analisar a relação entre o MESS e a formação política do (a) estudante de Serviço Social para identificar as contribuições e desafios dados por este movimento ao processo de formação profissional e política dos discentes. Nosso pressuposto é que a participação no movimento estudantil permite a formação de uma consciência crítica a respeito da profissão e das mais diversas questões da sociedade, contribuindo na formação do Assistente Social e assim, interferindo nas escolhas ético-políticas e profissionais feitas no cotidiano do exercício da profissão. Partindo deste pressuposto estamos nos propondo a analisar o MESS e sua importância na formação ético-política do (a) estudante de Serviço Social.

A relevância deste trabalho consiste em analisar como se desenvolve a ação política do MESS atualmente, sua forma de organização, seus desafios e grupos políticos que o tencionam, além de analisar sua importância na formação profissional do (a) estudante de serviço social. Este trabalho pode se constituir, também, como fonte de pesquisa sobre o MESS na perspectiva de apreender a direção social das lutas, e formação dos sujeitos sociais inseridos no movimento na atualidade.

Do ponto de vista metodológico, para conhecimento sobre o MESS: sua ação política, estrutura, organização, direção social e sua intervenção na luta por uma formação profissional de qualidade, foram analisados documentos produzidos pela ENESSO e pelo conjunto de estudantes, como o Estatuto da entidade e as deliberações para a gestão⁷ 2007/2008. Procedemos também, um resgate histórico do movimento, por meio de artigos, dissertação de mestrado e monografias que analisaram o tema proposto. Entretanto, houve dificuldade quanto a análise teórica do

⁶ Participando enquanto Coordenação Regional, juntamente com Andréa Alice Rodrigues Silva (estudante da Universidade Estadual do Ceará - UECE), na gestão “Em busca da utopia nas asas da liberdade” 2007/2008.

⁷ Para o ano 2007/2008 foi eleita para a coordenação nacional da ENESSO a gestão: “Ousar e Unir: tod@s juntos para construir”.

movimento, considerando a insuficiência de material publicado discorrendo especificamente sobre o MESS.

De modo complementar, foram realizadas ainda, entrevistas com estudantes que participam do cotidiano das lutas desenvolvidas pelo MESS. São estudantes militantes dos grupos políticos com atuação no MESS e que participam de forma direta da organização e do direcionamento das ações políticas desenvolvidas pelo movimento. Trata-se do entendimento de que para compreensão da ação política do MESS é importante conhecer as concepções políticas dos estudantes que participam e em qual contexto estão inseridos (as).

Para localizar os/as estudantes dos diversos grupos políticos existentes no MESS nacionalmente, foi utilizado o instrumento mais usado atualmente para comunicação dos estudantes que participam do MESS, a lista de discussão “executivamess”⁸. Este instrumento que possui alta eficácia, pois, através da internet, envia as informações imediatamente aos cadastrados, fazendo com que os debates no MESS não se restrinjam aos fóruns. Foi enviado então para a lista de discussão, uma carta de apresentação da pesquisa, mostrando sua relevância e solicitando aos interessados o contato para o envio do questionário. Responderam a solicitação seis estudantes pertencentes a cinco grupos políticos presentes no MESS. O questionário estruturado⁹ foi enviado a todos, mas o questionário respondido foi devolvido por quatro estudantes que se constituíram sujeitos da pesquisa.

A monografia se inicia com a análise da ação política do MESS. Destaca-se uma breve caracterização do cenário político atual, considerando a crise do capital, a organização coletiva da classe trabalhadora e as perspectivas de superação do sistema do capital. Esta análise é feita para que se compreenda em qual cenário o MESS desenvolve sua atuação política. Em seguida, apresenta-se o caminho histórico do MESS, que neste ano completa trinta anos de reorganização, busca-se compreender em qual estrutura se organiza atualmente, quais os grupos políticos que estão presentes e quais os desafios impostos a esse movimento que possui um caráter crítico e coloca-se numa perspectiva de movimento social contestador à ordem social vigente.

No segundo momento, será tematizado a formação profissional e política do estudante de Serviço Social. A ênfase recai sobre as diretrizes curriculares que consolidam o

⁸ No item 2.2.2 será abordado o funcionamento da lista como estratégia de comunicação no MESS.

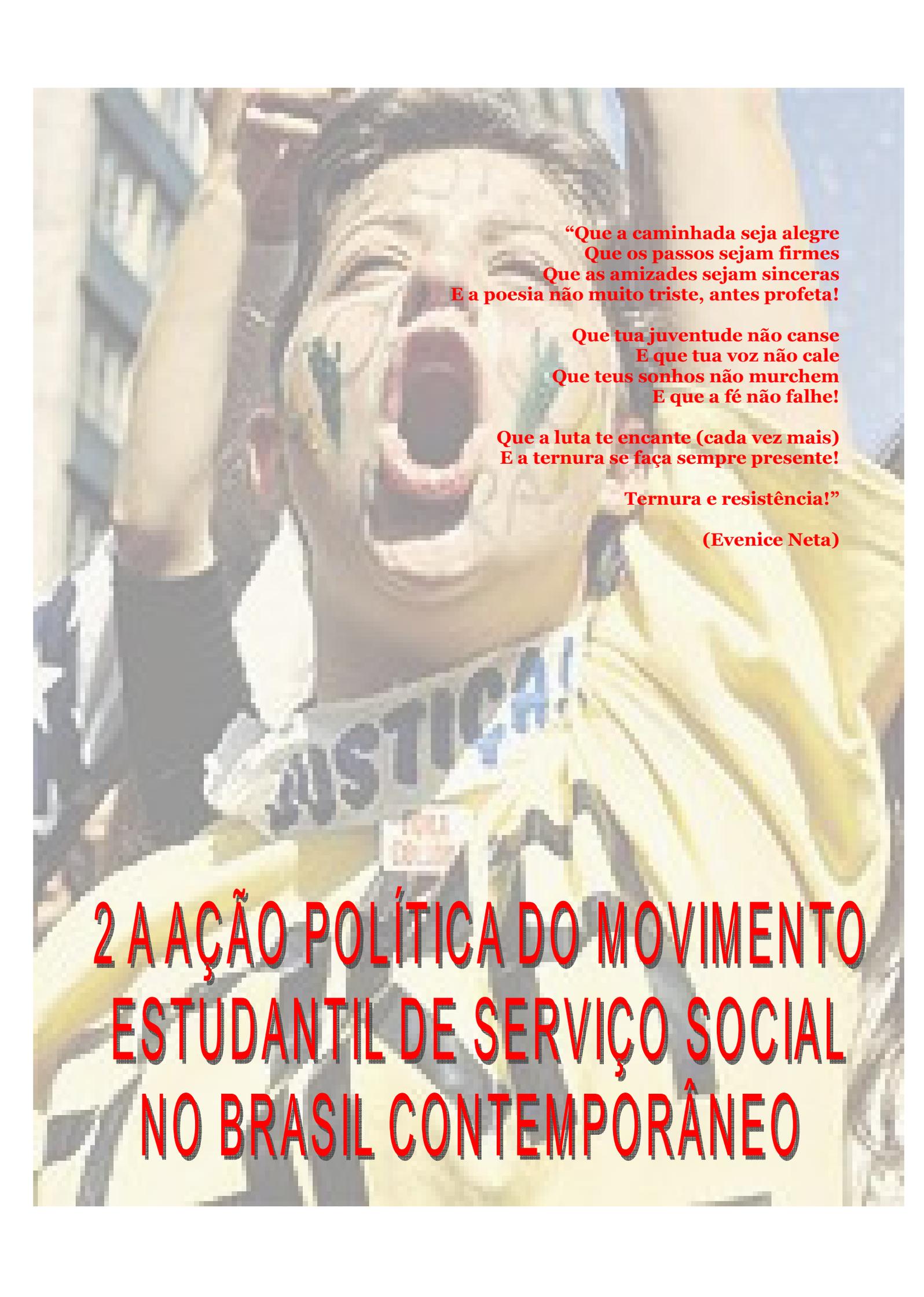
⁹ ANEXO A – Questionário usado nas entrevistas.

projeto político profissional do Serviço Social, orientado pelo projeto ético-político da profissão, que luta pela emancipação humana com o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Refletindo ainda, sobre o MESS e a formação profissional qualificada, as bandeiras de lutas e a formação cotidiana dos sujeitos políticos inseridos nesse espaço, a luta da sua entidade nacional contra o ensino precarizado e as alianças com as entidades da categoria profissional e com os demais movimentos sociais que possuem um direcionamento político de esquerda¹⁰.

O presente trabalho pretende analisar o MESS, que configura-se um movimento social, pluriclassista, autônomo, transitório e formativo, que juntamente com a categoria profissional dos Assistentes Sociais está na defesa do projeto ético político da profissão comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais. Analisando sua trajetória de luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, este espaço configura-se como um meio social de construção cotidiana dos sujeitos políticos. Além disso, “a vontade e a paixão dos sujeitos que construíram a ação política profissional também foram fatores subjetivos fundamentais. A vontade política dos sujeitos, conectada às condições objetivas existentes impulsionaram a construção desse projeto coletivo” (RAMOS, 2007, 45).

Através de “um convite a rebeldia” o MESS possui o desafio de não se deixar adaptar a crise que segrega e oprime, de não permitir que seus sonhos envelheçam ou percam o sentido da luta. Que através da sua organização, contribui para desorganizar a forma de sociabilidade do capital e (re)encante a juventude para a organização política e a intransigente defesa de direitos sociais, construindo “a beleza de ser um eterno aprendiz” nos corações de seus militantes e a certeza de que “um sonho que se sonha junto é realidade”.

¹⁰ De acordo com Sader (1995, p.195) “Ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão. Significa lutar e concretizar um mundo de educação, de cultura, de autonomia individual e realização social”.



**“Que a caminhada seja alegre
Que os passos sejam firmes
Que as amizades sejam sinceras
E a poesia não muito triste, antes profeta!**

**Que tua juventude não canse
E que tua voz não cale
Que teus sonhos não murchem
E que a fé não falhe!**

**Que a luta te encante (cada vez mais)
E a ternura se faça sempre presente!**

Ternura e resistência!”

(Evenice Neta)

2ª AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

2 A AÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Perante o atual cenário de ofensiva neoliberal, os diversos sujeitos coletivos se organizam em espaços de participação política para o enfrentamento desta ordem que impõe a redução do papel do Estado e precariza a condição de vida das classes subalternas, agravando a cada dia as diversas expressões da questão social. Segundo Ramos (1996, p. 15) desenvolvem-se, nas últimas décadas diversas formas de mobilização da sociedade civil que refletem na organização dos mais diversos movimentos sociais.

Desta forma, existem atualmente uma diversidade de espaços de participação e organização dos sujeitos políticos, que “entram frequentemente em conflito com a sociabilidade dominante na medida em que superam os mecanismos que os restringem aos interesses imediatos e particularizados, dirigindo-se para a constituição de novas relações sociais e econômicas.” (SIQUEIRA, s/d, p. 5).

Para o enfrentamento da ordem vigente a classe trabalhadora a partir dos movimentos sociais constrói estratégias de pressão para garantir do Estado direitos sociais, em oposição aos limites impostos pela forma de sociabilidade capitalista. Apresentam-se como uma alternativa de luta e resistência, como afirma Vieira (2003, p. 20) “na perspectiva de renovação dos modelos políticos a fim de criar um projeto de horizonte socialista que expresse a valorização das especificidades culturais do país e a preservação das conquistas democráticas”.

O Movimento Estudantil, e em particular o MESS, está inserido nesse espaço, dentre as diversas formas de organização política, sendo um dos protagonistas do processo de construção de valores contra-hegemônicos, pois está inserido em um espaço estratégico aglutinando sujeitos, formando politicamente e desenvolvendo ações diretas de expressão da sua direção social articulada com os movimentos sociais na perspectiva de intervenção social crítica a respeito da realidade. Desta forma, temos que compreender em qual cenário político o movimento está inserido e como este meio reflete no direcionamento da sua postura, estrutura e ações. Conhecendo sua trajetória histórica, sua forma de organização, os sujeitos políticos que o constroem e os desafios impostos no cotidiano da implementação das suas ações políticas.

2.1 “NÃO VOU ME ADAPTAR!”: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ATUAL CENÁRIO DE CRISE DO CAPITAL

Vive-se na atualidade uma grande crise¹¹, econômica, política e social, que é reflexo do aprofundamento do sistema que explora, aliena e oprime a classe produtiva da sociedade. “É altíssimo o custo social, econômico, político e cultural da globalização do capitalismo para muitos indivíduos e coletividades ou grupos e classes sociais subalternas” (IANNI, s/d, p. 1).

Oriunda da base econômica que a sustenta e à qual está intimamente ligada, a atual superestrutura da sociedade brasileira padece de muitos males. Os pontos de corrosão da base econômica não cessam de atuar sobre essa superestrutura, também em crise, e asperamente minada pelas contradições, antagonismos e conflitos que a sacodem (BOGO, 2006, p. 242).

Desta forma, a crise que atinge o Brasil corresponde a crise geral do capitalismo. Entretanto, como afirma Behring e Boschetti (2007, p. 71) “as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolvem-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais”. Sendo assim, o Brasil possui suas particularidades no processo de desenvolvimento e amadurecimento do capital, pois possui determinantes históricos, estruturais, políticos e culturais diferentes dos demais países capitalistas.

Para análise da organização política na sociedade atual, abordaremos a compreensão da realidade como totalidade contraditória e multifacetada em que “se evidencia um conjunto de relações constitutivas do ser social, envolvendo antagonismos e/ou conflitos passíveis de apreensão tão-somente mediante uma reflexão crítica que leve em conta a historicidade, a contradição e o movimento da sociedade” (RAMOS, 1996, p. 28).

O avanço do neoliberalismo, tem incentivando o aprofundamento do individualismo, egoísmo e competitividade como fundamentos ideológicos para materializar a exploração e desta forma, gerar acumulação e riqueza para a classe burguesa que se utiliza dos diversos meios de exploração do homem, e segundo Marx e Engels (2005, p. 67) simplificando os antagonismos das

¹¹ “A crise brasileira é uma crise de estrutura. E aqui nos referimos à estrutura econômica. [...] Sendo – por definição – a estrutura econômica o conjunto de relações de produção, é nessas relações, no equacionamento de seus problemas atuais, que iremos encontrar as causas da crise brasileira” (BOGO, 2006, p. 241).

classes, mas que divide e aprofunda a cada dia a oposição entre a burguesia e o proletariado. De acordo com Bogo (2005, p. 73) os dois autores,

constataram que "a burguesia de hoje é o resultado de um longo processo de desenvolvimento e de uma série de revoluções..." Ela foi capaz de transformar "o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados". Dessa forma, "Ela só pode existir se constantemente revolucionar os meios de produção e, com elas, todas as relações sociais...". Vão além dizendo que "A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer, em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte".

Em contraposição a lógica dessa classe e desse sistema, que dependem um do outro para concentração dos meios de produção e exploração da classe trabalhadora, se organizam os diversos sujeitos coletivos que no campo da disputa política desafiam a "movimentar-se, organizar-se e conscientizar-se, para reivindicar e lutar pela mudança das suas condições de trabalho e vida, pela transformação das instituições, códigos e parâmetros, nos quais prevalecem os interesses dos grupos e classes sociais dominantes" (IANNI, s/d, p. 2).

Como se vê, em meio a ofensiva ideológica do capital, a classe trabalhadora politicamente organizada, tenta definir e elaborar práticas políticas que reforcem os seus interesses de classe na construção de uma nova hegemonia política, social, econômica e cultural para a sociedade. Entretanto, este processo de contra-hegemonia está inserido no contexto da sociabilidade do capital, e desta forma, sofrendo os conflitos e contradições impostos por esse sistema (RAMOS, 2008).

A análise sobre a ação política amplia o conhecimento do papel dos movimentos sociais, sujeitos políticos que buscam romper com a histórica subordinação vivenciada em relação à classe burguesa. De acordo com Touraine (1977) movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas associadas à luta por interesses, associados à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Evidentemente, essa mobilização é realizada contra um opositor, que resiste. Desta forma, como compreende Sader (1998, p. 23) a política reflete a história do próprio sistema que o solicita, na qual a autonomia ou dependência será sempre relativa às condições de reprodução das relações de produção. A vida política não pode ser compreendida separada das relações de produção, estas que são, portanto, determinantes na construção da vida social.

A política assume relevância quando os sujeitos por meio das lutas coletivas evidenciam as condições econômicas, sociais e políticas de desigualdade e de violação de direitos vivenciadas. Para tanto, é necessária uma aliança dos diversos sujeitos sociais que atualmente se organizam para contrapor a ordem do capital, estes que são marcados pela heterogeneidade, com reivindicação e formas de lutas diferentes.

Os movimentos sociais, sejam *novos* ou *tradicionais*, encontram-se contextualizados em meio às essas transformações ocorridas na economia, a expansão dos mercados, marcados pela profunda crise estrutural da economia mundial e pelas mudanças nos modelos de organização da produção e do trabalho sob inspiração fordista para um padrão de flexibilização das relações de trabalho e produtivas baseadas no toyotismo (SIQUEIRA, s/d, p. 6).

Desta forma, lutas políticas e econômicas não podem ser compreendidas separadamente, na perspectiva de enfrentamento às contradições do capitalismo. Além disto, para dar visibilidade a suas lutas, os movimentos sociais buscam estratégias que no processo de organização dos sujeitos coletivos vão se delineando como ação política.

A organização política das classes populares pressupõe, portanto, ação política, que de acordo com Ramos (1996, p. 40) é

Um processo histórico, humano, intencional e criador, capaz de possibilitar uma reflexão crítica acerca da realidade, que se concretiza em múltiplas esferas da vida cotidiana (movimentos sociais, partidos políticos etc.) em diversos níveis (econômico, ideológico, cultural, social), influenciando nas esferas pública e privada. É nessa perspectiva que, os movimentos sociais constituem, na contemporaneidade, um ambiente próprio do exercício cotidiano da ação política e de aliança com outros sujeitos coletivos para a defesa de determinados interesses.

Na década de 1970 e 1980 ocorre uma eclosão das diversas formas de organização em movimentos sociais, anteriormente protagonizada pelo movimento operário. Esse período que se constitui no Brasil como o período de redemocratização e de ruptura com o regime que se estabeleceu no Brasil partir de 1964 através do golpe militar, se caracteriza pela pressão dos movimentos sociais que ganham força de expressão para lutar não somente por questões econômicas e políticas, mas também nos demais campos das relações sociais, como da cultura destacando-se o movimento feminista, movimento de lésbicas, gays, bissexual, travestis e transexuais (LGBT), movimentos anti-racistas, e sócio-ambientais, dentre outros.

Nas décadas seguintes, a sociedade brasileira passa por diversas mudanças, tanto na esfera política, como econômica, o que leva os movimentos sociais “a experimentarem redefinições da sua função social e nas suas estratégias de ação” (Ramos, 1996, p. 16). As mudanças nas ações políticas são produto da conjuntura da sociedade, visto que definem-se as estratégias e direção política a partir do tempo histórico real no qual se está inserido.

Desta forma, não pode-se desprezar o papel que esses movimentos adquiriram no decorrer da sua trajetória, aliando-se as lutas da classe trabalhadora e desempenhando papel de geradores de consciência social e ações políticas. Isso porque a luta contra o capitalismo perpassa as diversas dimensões da vida social. Como afirma Cavalcante (2007, p. 32),

os NMS colocam em evidência que a opressão e dominação inerentes à sociedade capitalista não se restringem a esfera da produção, do trabalho, mas estão presentes nos diversos aspectos da vida cotidiana e contribuem para reprodução social, embasada por valores que proporcionam a manutenção do atual sistema societário.

Os movimentos sociais desempenham o papel de reforçar a luta contra questões que são reflexo do sistema, mesmo não se articulando primeiramente com o econômico. Entretanto, a maioria deles organizam-se também, em prol da luta anti-capitalista e como possuem “ações coletivas de cunho contestador podemos inserir no campo dos Movimentos Sociais” (AMMANN, 1991, p. 128).

Para uma participação em massa das camadas populares nos movimentos sociais e desta forma, para que as lutas e embates sejam mais intensos é necessário construir o processo de identidade de classe. Uma das maneiras encontradas pelos movimentos para é a formação política contínua para os que já participam e para os que entram no movimento.

As atuações públicas de caráter contestatório, também, fazem parte das ações políticas dos movimentos. Desta forma, considerando o cenário contemporâneo percebe-se que as táticas usadas pela classe trabalhadora organizada politicamente estão ligadas a expressão das suas lutas com o objetivo de tencionar a construção de um projeto de sociedade que priorize a emancipação humana.

Entretanto, a classe burguesa por meio da ideologia do capital oprime, aliena e segrega e faz a classe dominada não se reconhecer enquanto classe. De acordo com Bogo (2006, p. 256) “a direção ideológica é a condição fundamental para o êxito da direção política. O que está havendo é a perda do sentido de classe, o desvio dos rumos da revolução brasileira”.

Compreendendo que a revolução é um meio para se chegar a transformação da ordem, é necessário ter como tática fundamental a disputa ideológica. Existe então a

necessidade de se divulgar, conhecer e entender a história do Brasil realizada pelas massas, pela gente normal, homens e mulheres comuns, aqueles que foram nossos antepassados diretos. Dessa compreensão nascerá um poderoso instrumento de combate (ROIO, 1986, p.12).

Desta forma, acredita-se que a partir do conhecimento histórico enquanto classe se torna mais fácil a disputa ideológica se configurando como instrumento essencial de luta.

Os movimentos sociais têm tentado através da expressão das suas lutas fazer também, o embate ideológico. Entretanto, a classe dominante possui inúmeros meios de disseminar sua ideologia. Um dos grandes desafios para o enfrentamento é a superação da apatia para a participação política. A apatia é uma das peculiaridades pré-estabelecidas por essa ideologia, que afirma a ordem do capital como algo intransponível, algo imutável, gerando, ainda, um descrédito nas organizações coletivas que lutam por um projeto de emancipação humana.

O movimento estudantil, movimento social que possui uma hegemônica direção social em favor da classe trabalhadora em vista a uma transformação societária, busca organizar-se estrategicamente para que suas lutas tenham sempre o caráter crítico e combativo. Suas ações específicas são direcionadas a educação, visto que esta é uma política pública que deve ser vista pelo Estado de forma prioritária. Entretanto, como as demais políticas públicas, a educação está sendo atingida pelo processo de contra-reforma do Estado.

Dessa maneira, o MESS tem a cada dia intensificado suas lutas, com o propósito de agregar mais estudantes e fazer com que suas ações não se restrinjam aos muros das universidades. Atua na defesa da formação profissional de qualidade, em consonância com a direção política da categoria profissional, aliando-se com outras entidades, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social¹² (ABEPSS) e o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na defesa do projeto ético-político da profissão. Utiliza, ainda, como uma de suas estratégias de ação a articulação com os demais movimentos sociais para que o processo de organização das lutas contra-hegemônica ganhe efetividade na vida cotidiana.

¹² Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS, que em 1998 se torna Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Entidade responsável pelo direcionamento do projeto de formação profissional do assistente social brasileiro (Ramos, 2006, p. 169).

No próximo item deste trabalho abordaremos como o MESS desenvolve suas ações políticas. Sabendo que, sua direção social é fruto de determinantes históricos e conjunturais, faremos a análise do seu desenvolvimento histórico, ressaltando sua forma de organização atual e os desafios que o permeiam, bem como, os sujeitos coletivos organizados politicamente no MESS.

2.2 “UM CONVITE A REBELDIA”: O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO SUJEITO DE AÇÃO POLÍTICA

Ao analisarmos a ação política do MESS, que se materializa através de sua forma de organização e articulação, temos que conhecer o contexto histórico que surge e se desenvolve. Desta forma iremos compreender como são traçadas historicamente suas bandeiras de luta¹³, estas que orientam os sujeitos políticos na luta cotidiana.

2.2.1 “Os Sonhos não envelhecem”: trinta anos de reorganização do MESS¹⁴

A organização política estudantil em Serviço Social não está separada do contexto do surgimento e organização do Movimento Estudantil Geral¹⁵, desta forma ao fazermos o resgate do MESS traremos, também, elementos da trajetória histórica da organização geral dos estudantes.

A institucionalização do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), se inicia a partir do ano de 1937, mas de acordo com Poerner (1979) esse segmento tem travado lutas na sociedade brasileira desde o período colonial. Sua principal característica é a defesa de uma sociedade democrática e suas lutas mostram percepção crítica a respeito da realidade social.

¹³ Reivindicações pelas quais um movimento social constrói, orienta e avalia suas lutas.

¹⁴ Tema do XXX ENESS, aprovado pela plenária do XXX CONESS.

¹⁵ Denomina-se Movimento Estudantil Geral, pois é a articulação dos estudantes de todos os níveis de ensino.

Segundo Silva (2004) em 1910 ocorre a tentativa de realizar o primeiro congresso de estudantes e em 1924 a campanha para organização de uma Federação de Estudantes Brasileiros. Além da participação nos movimentos nacionalistas, como o pela independência e o abolicionista, e, entretanto, somente com a organização representativa o movimento ganha força de pressão e reivindicação.

A criação da UNE representa a organização do movimento estudantil em torno de uma entidade que unificava as lutas dos estudantes e organizava as ações políticas, diferente do que ocorria anteriormente, pois as organizações visavam apenas lutas específicas e tinham caráter local. A entidade surge na Casa do Estudante do Brasil em 13 de agosto de 1937, sendo

fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor daquela participação ao longo da nossa História (Poerner, 1979, p. 127).

O Movimento Estudantil brasileiro nesse período centrava suas ações políticas em assuntos gerais da sociedade, não priorizando as problemáticas cotidianas vivenciadas pelos estudantes. Desta forma, suas mobilizações não se restringiam as universidades, mas chegavam às ruas através de um movimento crítico e contestador.

No âmbito do MESS existe grande dificuldade para o conhecimento da história desse movimento antes do período ditatorial¹⁶. Desta forma, poucos registros existem, mas de acordo com Vasconcelos e Sampaio (2003) a década de 1960 foi um marco na organização dos estudantes de Serviço Social, onde a partir de 1961 já se realizavam encontros nacionais e regionais. Mas, não se têm registros sobre a organização desses encontros, pois com o regime militar foram perdidos muitos documentos das entidades estudantis.

A ditadura militar, a partir do ano 1968, com o Ato Institucional Nº 5 (AI5)¹⁷ se torna mais rígida e proíbe a organização política, inclusive estudantil, “sem condições sequer de se reunirem nos colégios e universidades, e muito menos para saírem às ruas em passeata”, como

¹⁶ De acordo com Netto (2005, p. 16) na Ditadura Militar “se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuraram um sentimento predominante derivado da imposição, por mecanismos basicamente coersitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões)”.

¹⁷ O Ato Institucional Nº 5, ou simplesmente AI 5, que entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Arthur da Costa e Silva, foi o mais abrangente e autoritário de todos os outros atos institucionais, e na prática revogou os dispositivos constitucionais de 67, além de reforçar os poderes discricionários do regime militar. O Ato vigorou até 31 de dezembro de 1978 (www.unificado.com.br).

afirma Poerner (1979, p. 306). Inúmeros decretos prevêm a repressão às organizações estudantis, que tiveram vários de seus dirigentes presos, as entidades fechadas e invasão das universidades.

Nesta conjuntura de repressão o Movimento Estudantil não interrompe sua ação política e continua a realizar diversas discussões sobre a política educacional e sobre o regime militar que agravava a situação de desigualdade social que vivia a classe subalterna. Segundo Ramos e Santos (1997), as lutas e manifestações desse período tiveram importância por denunciar as arbitrariedades dos governos militares, além de mostrarem a indignação de segmentos da sociedade.

Nos anos 1970, houve uma politização extrema da juventude nas mais diversas partes do mundo, e no Brasil ocorre da mesma forma, inclusive, o movimento estudantil volta a se organizar para se opor ao sistema capitalista. Neste período houveram diversas formas de participação, ficando mais forte e expressivo os jovens que tinham atitudes mais radicais.

Tivemos os que caíram na clandestinidade e pegaram as armas contra a ditadura militar e os que romperam com o cotidiano familiar, escolar, profissional e comunitário, para entrega-se à procura de formas contestadoras da vida, baseadas nas alternativas da contracultura, importadas do primeiro mundo (COSTA apud NASCIMENTO, 2006, p. 38).

Essas ações não atingiram grande parte dos jovens que continuaram distante das reais lutas do movimento. Isto acaba por fortalecer a associação de rebeldia que é dada para a juventude, e difunde como ocorreu no período de ditadura militar, um descaso sobre as ações políticas propostas pelo movimento.

No entanto, sabe-se que, o movimento estudantil possui um caráter histórico e o direcionamento de suas ações possui inúmeros determinantes. Silva (2004) afirma que ocorrem algumas ressignificações nas formas de participação política da juventude brasileira que assume novas formas de enfrentamento para a nova conjuntura que a sociedade apresenta.

No início da década de 1970, o Movimento Estudantil começa e se reorganizar e alguns encontros por área¹⁸ são realizados. Como os demais movimentos sociais, o Movimento Estudantil inicia sua reorganização e retorna suas ações políticas, nacionalmente em 1979 com a

¹⁸ São encontros de área aqueles que agregam os estudantes do mesmo curso.

realização do Congresso de reconstrução da UNE, que é a “primeira entidade organizativa de âmbito nacional com caráter de massa a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira” (Ramos, 1996, p. 65).

O MESS, também, se reorganiza e no ano de 1978 realiza o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) realizado em Londrina/PR¹⁹. O encontro reuniu estudantes 24 escolas, com duração de três dias e foi organizado pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina, teve como tema “O Serviço Social e a Realidade Brasileira”, “observando-se a preocupação dos estudantes com a conjuntura e suas implicações na formação profissional, na ação profissional e na organização estudantil.” (ENESSO, 1994, p. 3). Este momento vem contribuir para a reorganização dos estudantes de serviço social em nível nacional, e a partir deste momento os encontros voltam a ocorrer anualmente.

No ENESS de 1978 foi formada uma comissão nacional para organização do II ENESS e para discussão do currículo mínimo para o curso de Serviço Social, e como afirma Vieira (2003, p. 42) “tendo por objetivo a unificação do currículo dos cursos de Serviço Social condizente com a realidade brasileira”. Desta forma, percebe-se que o MESS desde sua reorganização preocupa-se com a formação profissional qualificada.

Em maio de 1979 ocorre na Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ) uma reunião onde é definido que o MESS se dividiria no Brasil em sete regiões e que nessas regiões ocorreriam Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS). Sendo deliberado ainda, que ocorreria uma reunião nacional para definição da pauta do ENESS, esta reunião que no II ENESS foi denominada de Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS) (Pequeno apud ENESSO, 1994, p. 4).

Percebe-se então, que a estrutura organizativa do MESS começa a se definir e se fortalecer, permitindo com o que o movimento tivesse uma maior organicidade e, desta forma, ampliando alguns debates dos estudantes. No II ENESS, realizado na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), definiu-se ainda, a criação da “Secretaria Executiva Nacional – formada pela escola sede do ENESS e por uma escola representante de cada região, denominada de escola-pólo” (ENESSO, 1994, p. 4).

¹⁹ No XXIX ENESS realizado em Julho de 2007, em Contagem/MG, foi deliberado pelo conjunto de estudantes de Serviço Social que o próximo ENESS será realizado em Londrina/PR, em homenagem aos trinta anos de reorganização do MESS.

O Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais realiza o III ENESS, com o tema “Serviço Social: Formação Profissional e intervenção na realidade”. Foi elaborada uma proposta única para o currículo mínimo do curso que seria apresentada a ABESS para discussão das reivindicações dos estudantes, que neste momento também buscavam uma maior representação nesta entidade (ENESSO, 1994).

Nos dez primeiros anos após a reorganização do MESS, verifica-se que os encontros nacionais priorizavam as discussões a cerca da conjuntura e da formação profissional. Além de permanecer as discussões sobre a organização dos estudantes nacionalmente. Como o debate da criação de uma entidade de representação nacional dos estudantes de serviço social, que surge no ano de 1985, no VIII ENESS em Brasília.

A partir do IX ENESS em 1986 os encontros passam ter dinâmicas diferentes, com uma duração de cinco dias e discussões sobre cinco eixos: conjuntura, universidade, formação profissional, movimento estudantil e cultura. Desta forma, o MESS buscava realizar discussões mais aprofundadas da sociedade para se chegar a estratégias de ações políticas na perspectiva de contribuir no processo de crítica à sociabilidade vigente e favorecer a organização da juventude no âmbito acadêmico²⁰.

A criação da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE), no ano de 1988, entidade nacional representativa dos estudantes de Serviço Social, significa o amadurecimento da discussão a respeito da forma de organização e representação no MESS. A entidade é criada após inúmeros debates entre os estudantes, “tem como objetivo principal construir um canal de expressão política de caráter nacional, que possibilitasse a ampliação da democracia e da participação dos estudantes” (VIEIRA, 2003, p. 44). Nesse encontro foi eleita, ainda na plenária final, a primeira diretoria da entidade.

Como afirma Ramos (1996, p. 102)

O processo de criação da entidade nacional dos (as) estudantes de Serviço Social foi, democraticamente, discutido e amadurecido em vários fóruns, pelos (as) próprios estudantes e pelas suas entidades de base, propiciando reflexão quanto à própria necessidade da sua criação e, um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa.

²⁰ O único ano que deixa de acontecer o ENESS, após a reorganização do MESS é no ano de 1987, pois o CASS da UFRN não tem condições de sediá-lo por diversas dificuldades.

O estatuto da SESSUNE é aprovado no ENESS do ano seguinte em Belém, no qual foi definido que a diretoria é formada por onze cargos, sendo quatro coordenadores nacionais (coordenador(a) geral, secretário(a), tesoureiro(a) e coordenador(a) de imprensa) e sete coordenadores das regiões (sendo um para cada uma) que se divide o MESS. O estatuto da entidade era revisto a cada ano, no seu fórum de deliberação máxima, o ENESS.

Até o ano de 1991 os fóruns²¹ do MESS, de acordo com o estatuto da SESSUNE eram: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS); Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS); Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS); e Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), sendo o último o fórum de deliberação máxima dos estudantes de Serviço Social. Todos os fóruns com caráter anual e deliberativos. No ano de 1991 na cidade de Recife/PE foi realizado, também, o I Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS), que se configura como espaço não deliberativo.

A apresentação de teses e grupos políticos no MESS, acontece no XIV ENESS, no ano de 1992, em Salvador. Este ENESS representou um fortalecimento da organização estudantil, como afirma documento produzido pela ENESSO (1994, P. 8)

Tal encontro vem marcar a história do ME de Serviço Social tanto pela expressiva participação dos estudantes de Serviço Social do Brasil, como pelas discussões acadêmicas e políticas que tanto enriqueceram e deram ao Encontro um caráter de seriedade e compromisso político com o processo de amadurecimento da organização política.

No XV ENESS em 1993, ocorre um amadurecimento dos grupos políticos no interior do MESS, as teses apresentaram propostas de intervenção sobre conjuntura nacional e internacional, universidade e movimento estudantil. Desta forma, houve uma “explicitação das diferenças” acerca das concepções e propostas. No encontro houve uma apresentação e discussão das teses em forma de grupos de estudo (ENESSO, 1994, p. 9).

Outro momento importante na história do MESS ocorre neste ENESS, onde é deliberado na plenária final que a entidade representativa mudaria o nome de SESSUNE para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A mudança ocorre a partir da

²¹ Será discutido no item 2.2.2 a estrutura organizativa da entidade, inclusive os fóruns.

discussão sobre a falta de articulação da UNE com as executivas de curso, desta forma o MESS busca uma maior autonomia perante a UNE. Como afirma Vieira (2003, p. 45)

[...] esta entidade não correspondia ao interesses dos estudantes, adotando uma postura antidemocrática e burocratizada, fortemente arraigada pela lógica partidária. Essa discussão fruto de reflexões geradas pelo descontentamento que os estudantes vinham tendo com a UNE e o aprofundamento da noção de representatividade e do papel social do ME propiciou a ruptura com a SESSUNE e a criação da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO.

Com o início do Fórum Nacional das Executivas de Curso²², em 1992 o movimento estudantil de área começa a se destacar. Neste momento as executivas de curso mostram-se como alternativa viável na reorganização estudantil, pois “defendem, dessa forma, a unidade entre as lutas específicas e as gerais, visando implementar, para o ME, uma dinâmica não-corporativista, mas articulada e orgânica” (Ramos, 1996, p. 83). Desta forma, percebe-se então, que não foi uma alternativa isolada do serviço social buscar uma autonomia perante a UNE, mas uma estratégia de organização política dos estudantes das diversas áreas.

No decorrer da sua história, o MESS e a sua entidade de representação nacional a ENESSO, buscam lutar por uma formação profissional de qualidade, pela universidade pública de qualidade e socialmente referenciada e por uma sociedade com justiça social e sem o processo de exploração e opressão impostos pelo sistema capitalista.

2.2.2 “Me organizando posso desorganizar”: estrutura e organização do MESS

O Movimento Estudantil é um movimento social que luta, historicamente, na defesa dos interesses da classe subalterna e com caráter questionador da ordem social vigente. Formado majoritariamente por jovens, considerando que a maior parcela dos estudantes é formada por jovens, como também, é transitório, visto que somente permanece no movimento durante o processo formativo. Com perfil pluriclassista, pois os estudantes pertencem as mais diversas

²² O Fórum Nacional das Executivas de Curso reuni todas as executivas e federações de curso para definir seus planos e estratégias de lutas.

classes sociais, caracterizando-se, também, pela busca de autonomia e disseminação do caráter crítico no direcionamento das suas ações.

É importante ressaltar que o Movimento Estudantil tem um caráter dinâmico e sua direção política pode mudar de acordo com os interesses dos estudantes que formam sua base. Desta forma, sua ação política se concretiza a partir de inúmeros determinantes, “A ideologia, a direção e as alianças caracterizam a natureza e a ação do Movimento, adquirindo um conteúdo próprio no processo de organização e mobilização, em contextos historicamente determinados” (RAMOS; SANTOS, 1997, p. 2).

Atualmente, para um melhor entendimento de sua organização política e estrutural, se subdivide o Movimento Estudantil em três partes: movimento estudantil geral; movimento estudantil de base; e movimento estudantil de área.

Compreende – se como Movimento Estudantil Geral, a organização dos estudantes em geral, independente do nível, área ou localidade. As entidades representativas do movimento estudantil geral são: União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de representação nacional dos estudantes; União Estadual dos Estudantes (UEE), representa em nível de estado o conjunto de estudantes; e Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade de representação máxima dentro da Faculdade ou Universidade, representando os estudantes de todos os cursos.

Atualmente existem, nacionalmente, grandes discussões acerca da representatividade da UNE, isto porque há questionamentos sobre a burocratização, hierarquização e o distanciamento da entidade dos interesses e lutas dos estudantes. Essa é uma discussão que já dura há alguns anos, mas se intensifica desde que o Partido dos Trabalhadores – PT chegou à presidência do Brasil por meio da eleição de Lula. Diversos grupos do Movimento Estudantil acusam a UNE de estar submetendo suas ações exclusivamente a lógica partidária. Neste sentido, a entidade é entendida como a “UNE, controlada pelos partidos do governo, abandonou as lutas e a democracia se tornou inexistente no interior desta entidade” (CONLUTE, 2008), visto que a diretoria da entidade é formada majoritariamente por estudantes ligados aos partidos que apóiam o atual governo.

Após o início da implementação da contra-reforma universitária no Brasil²³, em 2004, que aprofunda a precarização do ensino superior público, a partir decretos como o REUNI²⁴, além de incentivar o crescimento do ensino privado²⁵, fazendo mais uma vez uma política que deveria ser pública se transforme em mercadoria. Como afirma NEVES (2004, p. 43) “esta proposta de reforma da educação superior retoma e aprofunda os pontos centrais da lógica neoliberal para a educação”. Além disso, se organizam, nacionalmente, diversos grupos políticos e entidades estudantis para tentar barrar esse processo que cresce de maneira desenfreada.

Desta forma, determinados grupos políticos afirmam que a UNE foi totalmente cooptada pelo governo, e luta na defesa dessa reforma universitária imposta pelo governo. Tal constatação levou à fundação em 2004 no Encontro Nacional de Reforma Universitária do governo Lula/FMI a Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE) “com o objetivo de coordenar as lutas contra os ataques do governo, uma vez que a UNE não cumpria mais esse papel” (CONLUTE, 2008). O debate sobre a criação de uma nova entidade que represente nacionalmente os estudantes vem crescendo dentro os mais diversos fóruns, mas é um debate heterogêneo e que traz diversas questões, como a sectarização que ocorre dentro do movimento estudantil, e ainda se a crise é da entidade UNE ou dos dirigentes que atualmente estão na coordenação da diretoria da entidade.

O Movimento Estudantil de Base é composto pelos Centros Acadêmicos (CA) ou Diretórios Acadêmicos (DA) e o Conselho de Representante de Turma (CORETUR). São as organizações locais de representação dos estudantes de cada curso. São chamadas de entidades de base, pois possui um contato mais direto com o coletivo de estudantes, defendendo os interesses e travando lutas no curso e na universidade. O CORETUR é um colegiado formado por

²³ “A direção política dessa reforma proposta pelo governo Lula constitui-se no relançamento ‘requeitado’ das propostas privatizantes que a Unesco, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso apresentaram ao longo da década de 1990” (NEVES, 2004, p. 43).

²⁴ Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI). Este plano tem a pretensão de ter “uma ampliação da ordem de 100% das matrículas, com, no máximo, 20% a mais dos recursos (que já se mostraram insuficientes, no patamar atual, em muitas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES) e tem-se o caminho da transformação do conjunto de IFES em escolas de terceiro grau, sem reais possibilidades de honrarem o tripé universitário, que conjuga pesquisa, ensino e extensão” (ANDES, 2007, p. 2).

²⁵ Beneficiando o desenvolvimento do ensino superior privado foi lançado o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) através do projeto de Lei 3.582, de 2004, que “na sua essência, constitui-se numa forma de transferir recursos públicos para iniciativa privada, visto que deixa de arrecadar imposto, em troca de vagas nas instituições de ensino superiores particulares, quando poderia, a partir dos impostos coletados, investir mais nas universidades públicas, proporcionando condições dignas de trabalhos para professores e colaborando para aumentar o número de vagas nas instituições públicas com ensino de qualidade” (CAVALCANTE, 2007, p. 27).

representantes de turma, com o intuito de travar discussões nas salas de aulas e ter contato permanente com a coordenação do CA ou DA, levando as demandas dos estudantes e articulando as lutas cotidianas.

Os CAs e DAs são espaços democráticos, representativos e autônomos, buscando potencializar a formação política, crítica e profissional dos estudantes. Desta forma, tem papel fundamental na organização do MESS, pois devem estimular os estudantes irem além da sala de aula. Fazendo, ainda, articulação com o movimento estudantil de área e geral, com a categoria profissional e com os movimentos sociais. Seu funcionamento é assegurado “pela lei n.º 7.395, de 31 de outubro de 1985, do artigo 4 da Constituição Federal: ‘Fica assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito a organização de Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, como suas entidades representativas’” (ENESSO, 2008, p. 3).

O Movimento Estudantil de Área se organiza através das executivas e federações, representam nacionalmente os estudantes de cada curso. As executivas e federações são entidades autônomas que possuem fóruns de organização próprios de cada área, de acordo com os interesses dos estudantes. Buscam ter uma organização representativa e articulada com os estudantes, optando pelo caráter democrático e articulação direta com as entidades de base.

Atualmente, através da grande participação dos estudantes nos fóruns de área, percebe-se que esta forma de organização tem conseguido fomentar a dimensão política na formação e prática profissional, como afirma Ramos (1996, p. 82) “Trata-se, pois, de entender que toda prática profissional tem dimensão política e, assim, o ME contribui para que esta dimensão expresse um compromisso ético-político com a emancipação das classes subalternas”. Outro fator que influencia na identificação dos estudantes é a aproximação com as lutas específicas profissionais, que são uma demanda direta para seu curso e futura profissão.

Entretanto, a proposta do movimento de área não é fechar-se em si mesmo, mas se articular com as demais executivas, como ocorre no Fórum Nacional das Executivas de Curso (FENEX), encontro anual que reúne as executivas e federações. “Procuram, ainda, construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas e com viabilidade de execução” (RAMOS, 1996, p. 86). Logo, as executivas e federações buscam, se articular nacionalmente com o as organizações da sua categoria profissional e com os demais movimentos sociais, pois em sua grande maioria possuem

direção social comprometida com a classe trabalhadora, na perspectiva de contraposição com o sistema capitalista.

A organização política do MESS - movimento estudantil de área - possui, historicamente, um caráter coletivo e democrático, com direção social e política em defesa da classe trabalhadora e na perspectiva de contribuir com o processo de resistência frente a ordem social vigente. Desta forma para compreender sua ação política é necessário conhecer sua estrutura organizativa, que para sua efetividade necessita cotidianamente maior participação política estudantil.

Apesar da direção e atuação política dos militantes²⁶ possuir inúmeros determinantes, após trinta anos de reorganização do MESS, percebe-se que sua trajetória está alicerçada nas lutas cotidianas contra reformas neoliberais, na defesa da qualidade da universidade pública, buscando ainda forças de mobilização para desenvolver ações para a construção de um projeto político hegemônico comprometido com a classe subalternizada.

Desta forma, o MESS possui uma estrutura organizativa para orientar suas ações políticas. O conhecimento de seus fóruns e suas entidades representativas é necessário para a compreensão de sua organização política e estrutural. Para orientar essa organização sua entidade e fóruns são normatizados através do Estatuto da ENESSO²⁷.

O Estatuto da ENESSO, criado em 1989 no XVI ENESS, é “revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente” (ENESSO, 2007a, p. 13). Assim, o estatuto somente pode ser revisto na plenária do seu fórum de deliberação máxima o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS. O atual estatuto que rege a entidade foi aprovado na Plenária final do XXIX ENESS, realizado em Contagem – MG.

A ENESSO é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país. Não possui fins lucrativos e garantindo sua autonomia reconhece a UNE como instância de representação do movimento estudantil. Sua coordenação tem mandato de um ano e a escola sede será definida por seus coordenadores. Luta pela unificação das lutas dos estudantes na defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial, sendo esta luta articulada com outros movimentos sociais (ENESSO, 2007a, p. 1).

²⁶ “Convencionou-se denominar militantes aqueles estudantes que atuam diretamente no movimento estudantil, seja em suas entidades ou participando de suas mobilizações e do seu cotidiano”. (Vasconcelos e Sampaio, 2003, p. 6)

²⁷ APÊNDICE A – Estatuto da ENESSO.

Para melhor atingir seus objetivos a ENESSO se divide, de acordo com seu atual estatuto, organizacionalmente em sete regiões: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII – São Paulo. As regiões foram divididas dessa forma, para que houvesse uma melhor articulação entre as escolas e a coordenação da ENESSO, sendo divididas de acordo com a localidade e a quantidade de escolas por região. Vale ressaltar, portanto, que o entendimento da região no âmbito do MESS se diferencia dos aspectos geográficos.

A diretoria da ENESSO é formada pelos seguintes cargos: Coordenador (a) Geral; Secretário (a) Geral; Coordenador (a) de Finanças; Coordenador (a) de Comunicação; Secretário de Formação Político – Profissional; Coordenador (a) de movimentos sociais, cultura e valores; Coordenador (a) de Relações Internacionais; e Coordenadores (as) regionais. A diretoria da entidade é formada por coordenações em forma de colegiado para que não possua o caráter hierarquizado, contando com sete cargos que compõem a diretoria nacional da executiva e os coordenadores regionais.

De acordo com o estatuto da ENESSO, cada função tem suas atribuições, para a melhor organização das atividades. O número de coordenadores regionais é definido em plenária separada de cada região, só não podendo ter menos que dois representantes, mas sem número máximo estipulado. Os estudantes de cada região definem então quem e quantos são os coordenadores regionais. Nas últimas gestões da ENESSO, cada coordenador da diretoria nacional fica responsável por articular com uma região, para desta forma, nenhuma região ficar sem contato ou sem referência de com quem articular com a coordenação nacional.

Na última revisão estatutária, o coletivo de estudantes modificou a forma de eleição dos coordenadores da ENESSO, onde os coordenadores que fazem parte da diretoria nacional da entidade continuam eleitos no ENESS, assumindo o cargo após a eleição. Os coordenadores regionais passaram a eleitos nos ERESS, assumindo a gestão no próximo ENESS juntamente com a coordenação nacional. Esta estratégia foi adotada para que houvesse maior participação dos estudantes da região no processo de eleição dos seus coordenadores, visto que no ERESS se tem uma maior presença dos estudantes da região.

A partir da legitimidade política adquirida historicamente pelo MESS, que ao longo da sua trajetória se mostrou comprometido com a formação qualificada e com o projeto ético-político profissional, a categoria estudantil conquistou espaço de representação na ABEPSS. Há, portanto, representação discente na diretoria nacional e regional, estreitando a relação política existente entre as duas entidades, visto que os representantes estudantis em ABEPSS “são membros e direção política do MESS” (ENESSO, 2008, p. 16). É importante ressaltar que a articulação existente entre as duas entidades tem facilitado na potencialização das lutas em defesa do projeto profissional defendido historicamente pela ABEPSS e ENESSO.

A ENESSO possui fóruns para melhor articular, organizar e efetivar suas ações políticas, estes que são organizados pela escola sede do encontro, a ENESSO e a representação discente em ABEPSS. Cada fórum deliberativo aprova seu próprio regimento interno, mas de acordo com o estatuto da ENESSO o voto é sempre por escola, onde cada uma delas tem três votos. São instâncias deliberativas: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), que reúne anualmente representantes das entidades estudantis de Serviço Social a nível nacional para definir a pauta do ENESS e realizar discussões de formação política e profissional; Encontro Nacional das (os) Estudantes em Serviço Social (ENESS), instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país; Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS), que reúne anualmente representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS realizando, ainda, discussões acerca formação política e profissional; e Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social (ERESS), encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região. Os fóruns não deliberativos são: Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS) e Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS), estes que ocorrem bianualmente, sendo o primeiro nos anos ímpares e o segundo nos anos pares (ENESSO, 2007a).

As deliberações políticas que deverão orientar as ações da diretoria da ENESSO são definidas durante o ENESS, onde é realizado, após a discussão (mesa, palestra, oficina e etc.) de

cada eixo²⁸, Grupos de Discussão (GD) sobre o eixo e colocado para a plenária a aprovação do que será implementado pela diretoria e pelo conjunto de estudantes até o próximo ENESS, ou seja, durante toda a gestão da diretoria eleita. As propostas são cumulativas, desta forma só são retiradas ou modificadas de for solicitado pelos GDs, sendo defendidas especificadamente pelos eixos, portanto cada eixo tem suas deliberações específicas.

Anualmente ocorre, ainda, o planejamento estratégico da ENESSO, uma forma que os militantes das gestões da diretoria encontraram para sistematizar junto com as entidades de base as ações políticas para a gestão. Participam do planejamento estratégico da ENESSO a coordenação nacional e regional da ENESSO, entidades de base e demais estudantes. Neste momento são sistematizadas as deliberações propostas no ENESS e são tiradas as ações prioritárias, visto que, há um grande numero de deliberações²⁹, e que seguirão um plano de ação no qual constam os prazos, os responsáveis, o investimento financeiro e como desempenhar cada ação. De acordo com ENESSO (2007b, p. 1) “é um espaço de formação política e construção coletiva e tem como principal objetivo, traçar planos e ações do Movimento Estudantil de Serviço Social”. O espaço para a realização do planejamento estratégico não é um fórum garantido pelo estatuto, mas que vem se configurando como um espaço estratégico para o MESS.

Essas formas de organização apresentadas demonstram que no MESS prevalece o caráter coletivo dos debates e da direção política da entidade que orienta suas ações através do que foi deliberado democraticamente pelo coletivo de estudantes presentes no ENESS. Isso não quer dizer que não exista no interior do MESS divergências na forma pensar a organização política dos estudantes, mas essas divergências são expressas e prevalecem as que forem aprovadas pelo conjunto de estudantes presentes nos fóruns deliberativos.

Para efetivar suas ações a ENESSO tem sua política financeira garantida em seu estatuto, que determina que cada CA ou DA deve repassar anualmente o valor de um salário mínimo, vigente no país, para a coordenação da entidade. Sendo que esse valor é dividido igualmente entre a coordenação nacional e regional. Os fóruns do MESS, também fazem parte da política financeira, nos quais o lucro ou prejuízo é dividido entre toda a comissão organizadora (CA ou DA da escola sede, ENESSO e a representação discente da ABEPSS). A ENESSO busca

²⁸ As discussões nos ERESS e ENESS são orientadas a partir de cinco eixos: Conjuntura, Universidade, Movimento Estudantil, Formação Profissional e Cultura e Valores.

²⁹ No ultimo ENESS foram aprovadas 215 deliberações a serem cumpridas pela ENESSO.

ainda parcerias para financiar suas atividades, mas sempre resguardando sua autonomia e independência.

Para execução das suas atividades, de defesa das diretrizes e princípios propostos pelo MESS, a ENESSO, necessita de uma articulação direta com sua base e com os diversos sujeitos coletivos que convergem com sua plataforma política. Com o objetivo de potencializar suas ações a entidade deve manter contato permanente com as representações estudantis.

A ENESSO se comunica com os estudantes através de diversos instrumentos: visitas às escolas, participação em eventos e mobilizações estudantis e gerais, contatos telefônicos e por e-mail. Além disto, constantemente, os CA's/DA's recebem textos, jornais e materiais produzidos pela Executiva, com o objetivo de que estes repassem para os estudantes. A ENESSO possui ainda uma lista de discussão na Internet (executivamess@yahoogrupos.com.br), e a pagina da ENESSO (ENESSO, 2008).

Atualmente um dos veículos mais usados para o contato com os estudantes é a lista de discussão “executivamess”, que possui 1.280 estudantes cadastrados³⁰, “esse grupo foi criado em 3 de outubro de 2000, cumprindo uma deliberação do planejamento estratégico” (ENESSO, 2008, p. 20). O estudante solicita seu cadastramento via e-mail, e passa a receber e enviar e-mails para o grupo. Este é o canal de discussão mais utilizado pelo MESS nacionalmente, não sendo usado somente pela diretoria da ENESSO, mas por qualquer estudante cadastrado no grupo.

Este grupo, importante estratégia de comunicação, recebe uma grande quantidade de e-mails diários, que vão desde informes sobre a construção dos fóruns, a textos sobre conjuntura, formação profissional, partidos políticos e quais quer informações que os estudantes queiram enviar. Percebe-se, então, que esse é um mecanismo democrático de comunicação entre os militantes do MESS, além de não ter nenhum custo e a informação circula de modo mais dinâmico.

O MESS e a ENESSO articulam-se, ainda, com as demais entidades do movimento estudantil geral, de área (com outras executivas de curso) e de base, com o objetivo de ser um agente ativo dentro das diversas formas de organização estudantil. Levando e defendendo suas bandeiras de lutas, participando dos diversos espaços na tentativa de contribuir para um movimento estudantil com caráter de massa, crítico, combativo, plural, democrático, não

³⁰ Em 22 de junho de 2008.

burocratizado e participativo. Configura-se, então, uma alternativa para o movimento estudantil como um espaço de formação complementar, mas ressaltando seu direcionamento político, para a construção de consciências críticas, formação política e construções de formas de superação da sociedade capitalista.

O MESS configura-se, portanto, como expressão de um movimento social que vem lutando, ao lado de outros segmentos coletivos, contra as consequências do projeto neoliberal, vivenciadas no cotidiano da maioria da população brasileira. Nessa perspectiva, do ponto de vista político, tem se posicionado em diversos momentos contra todas as formas de opressão, exploração e dominação engendradas pelo projeto dominante, sinalizando a necessidade de elaborar estratégias e de viabilizar alianças políticas para a construção de uma nova hegemonia na realidade social (RAMOS, 2006, p. 179).

Com esse intuito a ENESSO articula-se, também, com os diversos movimentos sociais e com a categoria profissional, visto que, estes possuem direcionamento político convergente com o MESS. Desta forma, percebe-se que o MESS vem buscando com outros sujeitos políticos protagonizar lutas em meio a esta conjuntura adversa que explora e oprime a classe trabalhadora e lhe nega algo primordial para a essência humana, a liberdade e a igualdade em relação as condições de vida e de trabalho.

2.2.3 “O desafio é (re) encantar-se”: questões e perspectivas para o MESS

Para implementação das suas ações políticas, em defesa das suas bandeiras de luta, o MESS enfrenta atualmente muitos desafios, no contexto da crise que perpassa a sociabilidade do capital. A direção social do MESS, é construída de forma participativa e democrática pelos estudantes que desde a participação em suas unidades de ensino até os encontros do MESS direcionam a militância para fortalecer o MESS.

No movimento estudantil geral e nos movimentos de área, como o MESS, existem os estudantes que se organizam em grupos políticos defendendo e construindo seu direcionamento

político orientados por projetos e propostas políticas. A tese política é um documento³¹ elaborado por um grupo que divulga esse posicionamento. O encontro do MESS que apresenta maior evidência dos grupos e teses é o ENESS, pois são realizadas as apresentações das teses para o conjunto de estudantes e também ocorre a socialização da articulação nacional das lutas e das chapas que irão concorrer à coordenação nacional da ENESSO. Esses estudantes organizados politicamente acabam por se diferenciar dentre os demais, pois atuam cotidianamente na articulação e lutas do MESS.

Em junho de 2008, existem dois grupos organizados em teses no MESS, dentre os diversos grupos que organizam-se em “pré-teses” ou apenas como grupos políticos organizados. Os grupos organizados em teses são: Projeto Democrático e Popular – PDP; e A Saída é pela Esquerda. No XXIX, em 2007, o Viver na Luta - VNL, apresentou para os estudantes o fim da tese, mesmo assim, alguns de seus militantes ainda se organizam em grupos políticos no MESS. Dentre os demais grupos políticos existem dois coletivos organizados nacionalmente: Caras e corações novos, e Roda Viva.

As estratégias para a produção dos dados dessa monografia foram: o envio de carta para a lista da executiva, mostrando o que é a pesquisa, sua relevância e seu objetivo. Após esse primeiro momento seis estudantes responderam mostrando interesse em participar e ao final do processo recebemos quatro respostas. Foi elaborado o roteiro para orientar as questões de acordo com o objetivo da pesquisa. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa de campo foi realizada com militantes das teses ou grupos políticos do MESS, sendo três pertencentes a teses e um militante de uma antiga tese. Compreendendo que os militantes organizados em grupos políticos, desenvolvem cotidianamente ações políticas, dentro e fora do MESS, em inúmeras vezes tendo um papel de protagonista na proposição, articulação e implementação das estratégias de ação defendidas pelo movimento.

A organização dos estudantes em grupos políticos requer uma afinidade com as propostas e ações dos grupos. Desta forma, é necessário um conhecimento de como os grupos desenvolvem suas lutas no interior do MESS. Todos os entrevistados afirmaram que militam no

³¹ A maior parte desses materiais apresentam análises e propostas sobre conjuntura, organização e direcionamento político estudantil, universidade, cultura, formação profissional e temas relevantes para o movimento naquele período.

MESS a mais de três anos e que a maioria (75 %) deles já fez parte de entidades representativas do movimento, como CAs e ENESSO.

Diversos grupos políticos já contribuíram com o MESS, grande parte deles formados a partir de afinidade adquiridas não somente nos espaços do movimento, mas por afinidade partidária que é presente dentre a maior parte dos sujeitos que formam o mesmo grupo. Entretanto, os grupos e teses surgem a partir de determinantes internos ou externos ao MESS, de acordo com o momento histórico da sociedade e do MESS.

Sobre o surgimento dos grupos³², os militantes afirmam

O coletivo “A Saída é pela Esquerda”, nasce em 2004, no Eness de Vitória-ES, no momento em que o então coletivo hegemônico no MESS, “Eu quero é mais”, se desfaz e funda o coletivo “Viver na Luta”. A proposta do coletivo “A Saída é pela Esquerda” era; unificar os estudantes insatisfeitos com a direção da ENESSO, organizar uma oposição e disputar a direção política do MESS. (Militante da tese A saída é pela esquerda)

O PDP surge vinculado com o ME geral e digo, ate que, com certo vínculo partidário (quando PT era considerado esquerda declarada, muitas pessoas do PDP eram vinculados a D.S - Democracia Socialista - uma corrente da juventude do PT), mas este pelo que conheço e vive da história do PDP nunca aparelhou o grupo. O PDP surge em um momento de ascensão dos movimentos sociais baseado na construção de um novo projeto de sociedade pós ditadura. Este grupo só vem se inserir no MESS a partir dos ano 80. (Militante do PDP)

Surge da mobilização política da década de 80, quando emerge o projeto societário de mesmo nome. O movimento estudantil de Serviço Social da época se aliou os demais movimentos sociais na construção desse projeto, e levou para dentro do MESS seus princípios de democracia, liberdade, igualdade, justiça, etc. O PDP fez parte da construção do MESS, na criação das primeiras entidades representativas, no caso, a consolidação da SESSUNE e ENESSO, sendo considerado o primeiro grupo a se organizar enquanto tese no MESS. (Militante do PDP)

O “Viver na Luta” surge no ENESS de 2004 que aconteceu em Vitória-ES, como um grupo político aglutinando vári@s estudantes do Brasil. O contexto em que o grupo surge é pela necessidade que @s estudantes vêm de se organizar como grupo político dentro do MESS. Como a “Eu Quero Mais” havia encerrado a sua contribuição no ENESS em 2003, algumas pessoas que faziam parte do grupo “EQM” acabaram se inserindo também no “VNL”, e aglutinou também estudantes que tinham como o MESS a sua primeira experiência de movimento social. E na época uma das bandeiras de luta do ME como um tudo era a não mercantilização do ensino, daí também se tem o boicote ao antigo Provão. (Militante da antiga tese VNL)

³² A ordem de apresentação das falas está, respectivamente, de acordo com ordem da entrega do roteiro da entrevista.

Percebe-se, a partir das respostas, dos entrevistados que existem diversas determinações para o surgimento dos grupos. O que significa que tanto tensões externas como internas podem favorecer o amadurecimento político dos estudantes que militam no MESS. Para Vieira (2003, p. 44) a correlação de forças é expressa o amadurecimento político-organizativo. As diferenças no âmbito da política são relevantes, o que é problemático é quando tais diferenças não são trabalhadas de forma democrática, abrindo espaço para práticas de autoritarismo e sectarismo.

As teses não estão inseridas, diretamente, no movimento estudantil geral. Entretanto, os estudantes entrevistados afirmaram que os militantes das teses estão cotidianamente participando nas lutas desse espaço, também. Isso reflete a articulação entre o movimento estudantil, nas lutas dentro e fora das universidades, nos mais diversos cursos, pela educação de qualidade e como um direito de todos.

As teses e grupos presentes no MESS divergem principalmente na leitura que fazem de conjuntura da sociedade brasileira, essencialmente sobre análise governamental em relação ao governo Lula, como também, as estratégias, ações e organização do MESS. Essas divergências que muitas vezes acabam por limitar alguns debates no interior do movimento estudantil, sectarizando o movimento e dificultando o fortalecimento das lutas, sendo uma preocupação presente, atualmente, no MESS, que discute o assunto constantemente em seus fóruns, como no XXX ENESS que em um dos eixos da mesa de movimento estudantil será debatida pela ENESSO a problemática da “disputa pela disputa e a construção de um projeto coletivo”.

A questão da lógica partidária inserida no MESS é o aparelhamento das entidades por determinados grupos políticos. Essa sectarização é perceptível, quando ocorrem, por exemplo, os atos públicos, onde um grupo faz a defesa de uma bandeira de luta e o outro grupo faz a defesa de outra. Além da desarticulação das lutas, isso causa, também, um afastamento dos estudantes que não estão inseridos em nenhum dos grupos, os chamados “independentes”. Desta forma, muitos estudantes dizem não se sentirem contemplados com as discussões que ocorrem no movimento estudantil, por acreditarem que essas estão permeadas, apenas, por lógica partidária.

Nacionalmente, existe forte presença de militantes do MESS inseridos em partidos políticos, como o Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU e Partido Socialismo e Liberdade - PSOL. Isto irá refletir em divergências em

algumas bandeiras de lutas, como a defesa do reconhecimento da UNE como entidade que luta pelo interesse dos estudantes, que é defendida, ativamente, pelos integrantes do PT. Essa que se configura como um das maiores discussões do movimento geral e de área.

Em relação ao processo de organização da classe trabalhadora os militantes analisam o período atual como momento de ascensão do neoliberalismo e de refluxo dos movimentos sociais. Os fragmentos das entrevistas revelam a posição dos entrevistados quando são questionados sobre a atual conjuntura e seus reflexos no MESS:

[...] entendo nosso cenário político num momento muito difícil, vivendo um refluxo brutal, com pouca participação e uma confusão geral dos movimentos sociais visto a história e as falsas promessas do governo federal. Entendo que muitos movimentos conseguiram enxergar e já deram um passo a frente no campo de ruptura e oposição ao governo Lula/PT[...]. A partir desse contexto, entendo que o MESS, assim como os demais movimentos, vive um período crítico. O MESS passa por um processo de renovação de quadros, com debilidades muito sérias. Sofre um processo de criminalização dos partidos políticos, condenável a qualquer militante marxista. Vive uma crise estrutural, com representações despreparadas (salvo algumas)[...]. A crise afeta as direções das entidades, que eleitas com discursos fáceis e vazios, reflexo de um período de refluxo, não conseguem dirigir e responder inteligentemente as questões colocadas. (Militante da tese A saída é pela esquerda)

Na minha visão hoje temos um cenário político muito complicado (grande desmobilização política, o individualismo cada vez mais forte na nossa vida cotidiana) e isso reflete DIRETAMENTE no MESS. O MESS precisa avançar muito, superar esse momento de crise (que não é só dele e sim dos movimentos sociais como um todo). E acho válido ressaltar que acredito que a esta crise será superada e acredito que só a luta muda a vida e um dia a situação vai estar tão crítica neste mundo que todos (as) vão lutar e as coisas vão mudar. (Militante da tese PDP)

[...] a cultura industrial desarticula os movimentos contestatórios, e causa um refluxo na participação política de muitas pessoas, e nesse caso podemos incluir o MESS. Muitos estudantes não se importam, por exemplo, com o caráter público da universidade, pensam apenas em se formar e seguir sua vida. E se não houver a defesa dessa universidade pública, será bastante vantajoso para as empresas interessadas na educação como mercadoria. [...] Assim, essa elite tenta a todo custo desmobilizar a população, principalmente através da criminalização dos movimentos sociais. Isso pesa no MESS pois participar de movimento acaba sendo visto pelo senso comum como uma ação de baderna, bagunça, molecagem, de vagabundagem. Torna-se um desafio, portanto, desconstruir essa visão. (Militante da tese PDP)

[...] Hoje a sociedade vê com certo descrédito as organizações políticas, existe um refluxo dos movimentos sociais, e fora que a estrutura social de uma sociedade capitalista não tem facilitado muito que as pessoas se mobilizem. Pois @s estudantes

hoje que estão inseridos no curso são pessoas que precisam trabalhar para se manterem nas universidades, às vezes fazem até tripla jornada (trabalho, estudo e pais de família). E essa conjuntura causa impactos severos no MESS, causando uma dificuldade de mobilização estudantil, de aglutinar os estudantes para um objetivo macro, saindo das particularidades e individualidade. @s estudantes precisam entender que as dificuldades que passam nas suas escolas, são apenas a ponta de algo maior, que precisamos combater, como por exemplo, o REUNI nas públicas e ensinos não presenciais nas particulares, que vem do mesmo pacote: Reforma Universitária. (Militante da antiga tese VNL)

Como podemos ver, os militantes acreditam que o atual cenário político brasileiro reflete, diretamente, no contexto do MESS. Desta forma, as ações políticas do movimento serão direcionadas, também, a partir das conseqüências da crise, e ao mesmo tempo, são atingidas por estes. No momento em que esse sistema, através da sua ideologia, que dissemina cultura política fundada no individualismo, na apatia, na responsabilidade meramente individual e nesse sentido favorecem o processo de alienação e acomodação da ordem vigente, passando por toda a sociedade, refletindo também nos estudantes, além de criminalizar os movimentos sociais causando uma resistência as correntes contra-hegemônicas da sociedade, visto que, seus objetivos de acordo com a ideologia dominante são entendidos como algo irrealizável.

A formação política dos estudantes e a mobilização para as lutas são grandes desafios impostos ao MESS na atualidade. A formação política precede trabalho de base contínuo, fundamentado teoricamente e sempre na tentativa de manter seu caráter crítico, sem se deixar conduzir pelas artimanhas ideológicas do capital. Para mobilizar para as lutas do movimento é necessário que os militantes estejam trabalhando cotidianamente e mostrando aos estudantes os desafios e perspectivas das lutas. Sem formação política e mobilização dos estudantes o movimento estudantil perde o perfil de movimento social, pois estará atuando sem o pressuposto da criticidade e da combatividade.

A resistência e crítica às correntes conservadoras que permeiam na sociedade, sem caráter crítico e politizado, é algo comum entre todos os grupos inseridos no MESS, pois apesar das divergências políticas existe grande convergência teórica entre os grupos. Todos eles afirmam estarem baseados no referencial marxista, na perspectiva de uma transformação societária. Esta é uma luta hegemônica dentro do MESS, que está em consonância, também com a direção social defendida no âmbito da ABEPSS e CFESS. Contudo é relevante explicitar que o projeto ético-político profissional contempla outras vertentes teóricas, além da marxista.

A pesquisa tentou ainda, nas teses identificar as ações políticas desenvolvidas, dentro e fora do MESS, com o objetivo de compreender se estas estão limitadas ao movimento estudantil, ou se estão articuladas com outros coletivos. A partir desse questionamento os estudantes responderam que:

[...] As ações atualmente desenvolvidas são; participação ativa em debates, atos públicos e encontros do MESS. Fora do Serviço Social, os estudantes continuam sua militância não mais como coletivo “A Saída é pela Esquerda”, mas por coletivos de movimento geral, como na UFRJ, o coletivo “Não Vou me Adaptar”, protagonista nas lutas contra o Reuni, ocupação de reitoria, etc. (Militante da tese A saída é pela esquerda)

Desenvolvemos nossas ações políticas pautados nos conceitos de liberdade, democracia (real - e não esta que se chama de democracia atualmente), justiça, igualdade e pluralismo tanto dentro do MESS como fora dele (a atuação tem essa mesma orientação). Buscamos a construção de uma transformação social (uma sociedade mais justa). (Militante da tese PDP)

Dentro do MESS, nós contribuimos muito na construção dos encontros de estudantes, bem como os da categoria; no debate político dentro dos encontros realizando plenárias ampliadas; no trabalho de base com formações para os/as estudantes de semestres iniciais; fazendo intercâmbio com outras escolas realizando palestras sobre o MESS, para discutir temas que estão evidentes na categoria; e na direção de entidades representativas (ENESSO e ABEPSS disc.). A atuação dos/as militantes do PDP para além do MESS é bastante ampla. Os/as estudantes dessa tese também fazem parte ou se articulam com vários outros movimentos sociais e coletivos de estudantes. E em todos os lugares que atuamos, os princípios do PDP estão presentes [...]. (Militante da tese PDP)

As ações do “VNL” se pautavam dentro das bandeiras de luta que o MESS tinha. O grupo deu a contribuição ao boicote do Provão, do ENADE, dentro da ENESSO contribuiu na discussão sobre a reforma universitária, contra a mercantilização do ensino, dentre outros. O grupo fez parte da entidade como gestão da nacional de 2004 à 2006, e a gestão de 2007 foi apoiada pela tese, contudo constituía a gestão algumas pessoas do grupo, mas já não era uma organização formada somente pelos estudantes que faziam parte da tese. Fora do MESS o grupo participava das discussões de outros movimentos, como por exemplo, MST, negro, mulheres [...]. (Militante da antiga tese VNL)

A partir dessas afirmações percebemos que as teses buscam se aliar aos demais sujeitos coletivos, estando ainda, inseridos dentre os mais diversos espaços no MESS como: a construção e participação nos encontros; diálogo contínuo com os estudantes, participação como representação das entidades, entre outros. Participando, também, dos espaços do movimento estudantil geral e com os demais movimentos sociais, articulando lutas e fortalecendo suas bases. Desta forma, percebemos que as teses buscam não estarem limitadas a participação no MESS,

mas na disputa do seu projeto, lutando com outros sujeitos coletivos para disputar seu projeto político na sociedade em geral.

Um dos principais momentos de articulação e, também, de divergência ocorre no ENESS, como afirma Ramos (1996, p. 139) “é durante o ENESS, principalmente nas eleições para a diretoria da SESSUNE/ENESSO que, as divergências parecem aflorar, evidenciando o caráter polêmico das discussões e o processo de disputa política para a direção do MESS”. Além do caráter nacional do encontro que aglutina, todas as teses e grupos facilitando sua articulação, existe ainda, o processo de aprovação das deliberações defendidas pela ENESSO durante a próxima gestão. Mas o principal fator desse ser o encontro que mais se evidenciam as convergências e divergências entre os grupos é a eleição para coordenação nacional da ENESSO.

As chapas que concorrem à eleição da ENESSO, geralmente, são articuladas pelos grupos e teses, que a partir da sua direção e afinidade política realizam suas alianças. Como ocorreu nos últimos quatro ENESS, onde teses, grupos e pessoas independentes que convergiam politicamente se unificaram na “frente de esquerda no MESS”, este grupo visava fazer oposição a diretoria da ENESSO e mudar o direcionamento político da entidade. Os integrantes dessa “frente” (PDP, saída pela esquerda e algumas pessoas independentes) tinham como objetivo se opor há posicionamentos governistas que eram, visivelmente, defendidos pela diretoria da ENESSO.

Com a mudança ocorrida na última revisão estatutária, a eleição dos coordenadores regionais passou a ser realizada nos ERESS. Isto fez com que essas articulações entre os grupos se estendessem também para esse espaço. Mesmo, não tão forte como ocorre nos ENESS, essa articulação e disputa ficou evidente no encontro. Isto porque a coordenação regional da ENESSO se configura como um espaço de contato direto com os CAs e DAs da região, potencializando as lutas e fortalecendo as entidades de base. Nesse sentido, articula e desenvolve ações políticas diretamente com o coletivo de estudantes da região.

Dessa forma, a chapa para coordenação nacional é uma e para a coordenação regional é outra, no decorrer do histórico do MESS foi dessa maneira, pois a chapa da coordenação regional é eleita em plenária com estudantes somente daquela região. Então as coordenações podem pertencer aos diversos grupos políticos. Entretanto, a coordenação nacional e regionais, independente da diversidade dos grupos, fazem parte da gestão da mesma entidade. Isso faz com

que a ENESSO possa ter em uma mesma gestão militantes, que façam leitura de conjuntura e propostas de intervenção no MESS diferentes.

Esse é um desafio imposto aos grupos e ao MESS, fazer com que essas divergências se reflitam em uma atuação política que fortaleça as lutas e traga conquistas ao movimento, pois suas ações se materializam inicialmente pela direção política que é tomada pela entidade. Visto que, a direção crítica e comprometida da entidade que representa nacionalmente os estudantes de Serviço Social foi uma particularidade adquirida através de lutas históricas, trazendo para a entidade o reconhecimento perante o movimento estudantil (geral e de área), a categoria profissional e os demais movimentos sociais.

Um dos pontos da pesquisa que houve maior convergência nas falas dos estudantes foi na resposta acerca das perspectivas do grupo ou tese para o MESS. Foram ressaltados pontos que são bandeiras de luta e defendidas hegemonicamente pelos grupos.

Um MESS plural, de luta, combativo, autônomo, ao lado dos estudantes sempre, participativo, ativo na conjuntura brasileira atual, correlacionando corretamente o projeto ético político e a luta dos trabalhadores. (Militante da tese A saída é pela esquerda)

Construir um MESS autônomo, combativo, de luta e que junto com os outros movimentos busque e construa essa transformação social. (Militante da tese PDP)

O PDP tem como ambição realizar uma sintonia do MESS com os demais movimentos sociais, a fim de inserir os/as estudantes de serviço social na organização da esquerda que está se formando através da união de diversos setores (movimento rural, de mulheres, de negros, sindicatos, associação de moradores, etc). [...] Combatemos o isolamento e distanciando do MESS das lutas gerais, como vem acontecendo atualmente. Tentamos desconstruir as disputas políticas por cargos como um fim em si mesmo. O MESS deve ser encarado como um meio de organização para algo maior, uma busca por igualdade e justiça. (Militante da tese PDP)

As perspectivas que o grupo tinha era que de fato as bandeiras de luta do MESS fossem conquistadas e efetivadas. Priorizando sempre por uma formação profissional de qualidade, laica e gratuita para tod@s, que o projeto ético-político hegemônico se consolidasse na profissão. (Militante da antiga tese VNL)

As afirmações dos militantes, indicam que as teses têm como perspectivas muito do que está colocado para o MESS atualmente como, também, um desafio, como seu caráter combativo, em vista a dificuldade de formação política e mobilização dos estudantes. A articulação com os movimentos sociais e categoria profissional, buscando a consonância entre a

ação política do MESS e o projeto ético-político do Serviço Social, visando a emancipação humana.

O MESS, ao longo de sua trajetória histórica, direciona suas lutas para uma educação pública, gratuita e de qualidade, compromissada com a defesa do projeto ético-político do Serviço Social e com uma formação profissional de qualidade, visando a construção de outro projeto de sociedade, em favor das lutas da classe trabalhadora e da igualdade real das relações sociais. Para isso necessita de uma estrutura organizativa que visa problematizar, definir e materializar suas ações políticas. Seus fóruns possuem estrutura horizontal e democrática, e sua entidade representativa, direcionamento crítico e comprometido com as ações políticas definidas pelo coletivo de estudantes. Esses estudantes que possuem um perfil heterogêneo, se organizando, alguns deles, em diferentes grupos políticos na tentativa de defesa de seus ideais, mas apesar das divergências, hegemonicamente comprometidos com a luta pela transformação societária.



"E o que tenho para dizer à Universidade como artigo primeiro [...] Tenho que dizer que se pinte de negro, que se pinte de mulato, não só entre os alunos, mas também entre professores; que se pinte de operário e camponês, que se pinte de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo".

(Che Guevara)

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DO(A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DO(A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL

A formação profissional sempre foi um debate presente nos espaços organizativos da categoria e nos espaços organizativos estudantis. O Projeto Ético-Político atualmente hegemonizado pela categoria profissional é produto do acúmulo crítico, possuindo idéias, valores e concepções pautadas nas lutas da classe trabalhadora. Portanto, servem de base para a luta cotidiana do estudante e profissional, as concepções sociais presentes nas diretrizes que norteiam a formação e exercício profissional.

De acordo com Santos (2007) o MESS configura-se como um espaço no qual os estudantes podem por em prática valores e atitudes em defesa da direção social da profissão e em defesa de uma formação profissional de qualidade, portanto configura-se enriquecedor no processo de formação profissional. Como afirma Ramos e Santos (1997, p. 15)

A formação profissional tem se constituído em uma das prioridades da atuação do movimento. Notamos, inicialmente, que esta é vista pelos (as) dirigentes como âmbito estratégico de atuação, à medida que contribui, no plano a disputa ideológica e cultural, para a defesa de uma direção social para a universidade e de uma nova direção intelectual e moral para a sociedade.

Desta forma, a formação profissional no âmbito do MESS sempre teve destaque, pois luta por uma hegemonia na direção social e política no projeto profissional e na sociedade. Desta forma, busca se articular com a categoria profissional, no âmbito do exercício profissional e da formação profissional com o compromisso político da defesa de uma nova ordem social e de uma formação profissional qualificada.

Para compreender o papel do MESS na formação política profissional do estudante, iremos apresentar o projeto ético-político do Serviço Social, este que orienta a práxis da categoria. Abordaremos, ainda, como o MESS e suas bandeiras de luta sempre atreladas a formação profissional de qualidade, capacita profissionais lhes conferindo formação qualificada, em sintonia com a direção social da profissão e podendo responder as demandas trazidas pela população de maneira crítica e comprometida.

3.1 “SONHO QUE SE SONHA JUNTO É REALIDADE”: O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Inicialmente faremos uma breve abordagem sobre o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, e como seu projeto profissional vem sendo discutido, formulado e se materializado na conjuntura brasileira o objetivo é analisar quais seus princípios e quais seus desafios nos dias atuais. A luta dos diversos sujeitos políticos organizados na defesa da formação profissional de qualidade, frente à precarização que sofre o ensino superior brasileiro.

Para conhecer o projeto profissional do Serviço Social, inicialmente é necessário compreender o que são projetos profissionais. Para isto, recorremos a Netto (1999, p. 95) que afirma que um projeto profissional apresenta a auto-imagem de uma profissão, através de valores eleitos para legitimá-la socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, e ainda, prescreve normas para o comportamento profissional, estabelecendo balizas da sua relação com o usuário dos serviços oferecidos, com as demais profissões e com organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Os projetos profissionais são construídos coletivamente pela categoria, por meio da sua organização. Sendo esse projeto uma estrutura dinâmica, que responde ao conjunto de alterações da sociedade, com o objetivo de respaldar as necessidades sociais sobre a qual a profissão opera (NETTO, 1999).

É fundamental o conhecimento da sua gênese. Esta profissão que no Brasil surge na década de 1930, e significou uma resposta da burguesia, da Igreja Católica e do Estado à questão social³³ emergente nesse período, após uma das maiores crises enfrentadas pelo capitalismo, a crise de 1929³⁴ como afirma Iamamoto (2005b, p. 127) “Surge da iniciativa particular de grupos e

³³ De acordo com Iamamoto (2000, p. 54) “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”.

³⁴ Este período de intensa retração econômica ficou conhecido como a ‘grande crise’, foi o momento de queda do liberalismo e o início da intervenção estatal. Pois a apatia econômica e as agitações sociais resultantes da grande depressão exigiram que a solução da crise passasse pela intervenção estatal na economia, dada a incapacidade do

frações de classe, que manifestam principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada”.

Desta forma, a profissão surge atrelada a necessidade da burguesia em conter as manifestações das massas populares, que sofria com as diversas formas de expressão da questão social. Com o surgimento da profissão surge a necessidade de uma profissionalização que ocorre logo posterior ao seu surgimento. Como afirma Konno (2007, p. 72)

A profissionalização do Serviço Social, legalmente inserida em órgãos públicos ocorre em 1935, sendo no final da década legalizado o ensino da profissão. A orientação para o exercício profissional no início da profissão era o referencial do Serviço Social europeu, com fundamentos na razão formal abstrata (doutrina neo-positivista). A partir de 1940, o referencial que passa a orientar o exercício profissional é o de caso, grupo e comunidade, de origem do Serviço Social dos Estados Unidos.

Percebe-se na interpretação da autora, que em seus primeiros anos a profissão é permeada por várias orientações teórico-metodológicas. Esse é um processo que ocorre em toda trajetória histórica da profissão. Pois em seu desenvolvimento o Serviço Social defronta-se com distintos interesses e projetos sócio-políticos. A categoria profissional, década de 1970, passa a questionar sua forma de intervenção e sua orientação profissional. Vários processos históricos vêm desenvolvendo a discussão interna na categoria acerca do seu projeto profissional a partir de determinantes internos e externos a profissão vem sendo formulado, disputado e desenvolvido os fundamentos que orientam sua prática profissional.

A disputa de projetos políticos em meio a profissão surge com o movimento de reconceituação, que “objetivou construir a crítica à profissão, aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e à determinadas prática profissionais” (KONNO, 2007, p. 74). Eram questionados os pressupostos conservadores da profissão e sua subordinação aos interesses dominantes.

A recusa e crítica ao conservadorismo na profissão se inicia em discussões, na década de 1970 e 1980, estas que se materializaram no atual projeto ético-político do Serviço Social.

liberalismo de retirar a economia mundial da espiral recessiva impulsionada pela acumulação do capital para a produção, mas sem mercado consumidor para absorvê-la. O Estado intervindo neste momento salvava o capitalismo de si mesmo (CARDOSO, 2006, p. 29).

Mas é em momento histórico totalmente desfavorável a este projeto que ele eclode e começa a se definir. A passagem do período ditatorial no Brasil provoca uma mobilização da classe trabalhadora, que lutava pela liberdade negada durante todo este período.

Como afirma Netto (1999, p. 100)

A luta pela democracia, na sociedade brasileira, fazendo-se ecoar na categoria profissional, criou o quadro necessário para quebrar o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: processo da derrota da ditadura inscreveu-se a primeira condição, a condição política, para a constituição de um novo projeto profissional.

A liberdade política foi essencial neste processo de formação do projeto, a inserção dos profissionais nos movimentos sociais e nos espaços de discussão e organização da categoria fez amadurecer e enriquecer o debate. “Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes” (NETTO, 1999, p. 101). Esse momento foi enriquecedor para o aprofundamento do debate acerca do projeto profissional defendido pela profissão.

Outro fator de extrema relevância para o amadurecimento do projeto foram os primeiros passos que a profissão percorre para uma maior acumulação teórica, que propiciou uma interlocução com as ciências sociais e com fundamentações marxistas. Isso ocorre com a reforma universitária realizada no período ditatorial, na qual vários cursos de pós-graduação foram criados. A partir desta fundamentação teórica o Serviço Social busca embasar sua intervenção na sociedade, sua relação com as instituições e o Estado e seu posicionamento diante a sociedade burguesa.

Durante esse processo, a profissão adquire um novo significado social, inserida em meio à complexidade das relações sociais, a partir da percepção da intervenção que esta categoria estabelece na realidade, sendo necessária a sua compreensão na totalidade das relações sociais em várias dimensões do exercício profissional, na sua relação com o usuário e na relação com seu empregador (KONNO, 2007, p. 75).

Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de realizar uma reformulação curricular para se debater o projeto de formação profissional do assistente social. De acordo com Netto (1999) o

processo de reformulação do currículo que ocorre em 1982, foi precedido de amplos e produtivos debates estimulados pela ABESS. Com a reformulação curricular o que se pretendia era a construção de um novo perfil profissional, capaz de responder as demandas de maneira eficaz e competente. Em 1996 desenvolve-se novamente a reformulação curricular para o curso, no sentido de adequar a formação profissional as exigências contemporâneas postas a formação profissional e ao exercício, mantendo neste o compromisso com a direção social crítica. Como afirma Konno (2007, p. 78)

O movimento de reformulação busca construir uma proposta de formação profissional que forme profissionais aptos a responderem às demandas contemporâneas que se constituem como consequência das mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista, que alteram radicalmente a esfera da produção e do Estado tendo como consequência o agravamento das manifestações da 'questão social'.

Nesse sentido, o significado social da profissão se volta cada vez mais para o campo investigativo da realidade e, em igual medida, para o campo interventivo nesta. O projeto de formação profissional do assistente social, deve reforçar então, a necessidade de aquisição de conhecimentos teóricos baseados em pressupostos sustentados no campo científico, principalmente na área das humanidades, com o rigor necessário para superar o superficialismo e a mediocridade no trato dessas questões (JORGE, 2000, p. 128).

Percebe-se então, a necessidade de uma direção política crítica para a formação profissional em Serviço Social, visto que essa profissão lida diretamente no trato da questão social. Esta que aprofunda-se com o a expansão capitalista, e desta forma multiplica a demanda profissional do Assistente Social. E como afirma Konno (2007, p. 79) “Nesse sentido, é colocada a necessidade de construção de um projeto de formação profissional apto a formar profissionais capazes de aprender este contexto e de responder as demandas apresentadas a profissão”.

Durante o processo de construção do projeto ético-político houve reformulação da Lei que regulamenta a profissão aprovada em 1993, e também, a reformulação do código de ética profissional em 1986, que materializava as discussões e avanços da profissão. Entretanto, segundo Netto (1999, p. 103) “Até então, o debate da Ética no Serviço Social nunca fora um tema privilegiado – é na seqüência do Código de 1986, e até a sua revisão, concluída em 1993, que esta preocupação ganhará um relevo significativo”. Pois de acordo com o autor a pouca produção

teórica sobre o assunto comprometeu o código de 1986, que após uma maior maturação é revisto em 1996.

De acordo com Barroco (2006, p. 199) “a revisão do código de 1986 teve como pressuposto a consolidação do projeto profissional nele evidenciado, numa perspectiva superadora, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades”. Nesse sentido, o código vem materializar o projeto ético-político, que neste momento já era hegemônico na profissão.

De acordo com Netto (1999, p. 104) o projeto ético-político do Serviço Social reconhece em seu núcleo a liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; possuindo então, um compromisso com a autonomia, a emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Este projeto vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. Nesse sentido, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo na sociedade e no exercício profissional.

O projeto ético-político possui, de acordo com Braz (2007, p. 6) três elementos constitutivos: uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (tanto leis estritamente profissionais, quanto a legislação social mais ampla); e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.

O projeto hegemônico atualmente pela categoria é antagônico ao projeto neoliberal que vivencia atualmente a sociedade, este que perpassa todas as dimensões da vida social. Nesse sentido, a implementação desse projeto é um desafio cotidiano para os profissionais. A situação se agravou após o início do mandato do presidente Lula no ano de 2003. Isto porque, o projeto ético-político do Serviço Social foi construído com os diversos sujeitos coletivos, dentre eles o PT que era o partido de esquerda que possuía direção social em conformidade com o projeto profissional. “Não faltam elementos substantivos para enlaçar a história recente dos avanços profissionais com a história do PT” (NETTO, 2004, p. 23).

A chegada de Lula a Presidência e a adoção de manutenção e aprofundamento da política neoliberal, traz consigo inúmeras consequências na organização dos movimentos populares que historicamente o apoiaram. Desta forma, a organização da classe trabalhadora atualmente passa por grandes conflitos a respeito da aceitação ou oposição a prática do atual governo. De acordo com Netto (2007, p.38) este momento “distingue-se, sobretudo, pela maciça cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre significativos movimentos sociais (aqui, emblemática é a ‘funcionalidade’ agora assumida, por exemplo, pela CUT³⁵ e pela UNE)”.

Neste momento histórico, só nos resta enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político. Preservar a autonomia das entidades de organização da categoria, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, a ABEPSS e na organização estudantil a ENESSO, em face ao governo, tanto petista como os demais. A defesa da categoria deve ser pelo projeto ético-político que colide com a orientação política dos governos anteriores e do governo atual (NETTO, 2004, p. 24).

O projeto profissional possui então, uma visão crítica, que se referencia em um projeto de sociedade, e para sua implementação o profissional possui inúmeros desafios. De acordo com Guerra (2007, p. 16) “o desafio central para o assistente social, que é o de fazer crítica dos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que ele se encontra inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços”. A autora afirma então, que é necessário ao assistente social uma percepção crítica a respeito da realidade social como um todo.

O amadurecimento do capital, que traz consigo diversas determinações que limitam a materialização cotidiana do projeto profissional. Este que conforme Braz (2007, p. 7) vivencia uma crise determinada pela articulação de dois problemas centrais. O primeiro diz respeito a ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira que tenha capacidade de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho. O aprofundamento da política neoliberal no Brasil, vivenciada nos últimos anos com o governo Lula, gerou um empobrecimento de um projeto societário alternativo a do capital. Isto que significa tanto para o Serviço Social, como para os demais grupos sociais e profissionais, a instalação de uma verdadeira crise.

³⁵ Central Única dos Trabalhadores – CUT, referência nacional da organização sindical da classe.

O autor aponta ainda, um segundo problema que acentua a crise do projeto profissional. Este fator incide diretamente sobre a base material do projeto, que são “as condições atuais sobre as quais se efetivam a formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil” (BRAZ, 2007, p. 7). Se o exercício e a formação profissional não se concretizam nas condições favoráveis ao seu desenvolvimento o projeto ético-político não se materializa, pois permeia a profissão o caráter contraditório para sua efetivação.

Mesmo sabendo dos desafios na concretização do projeto ético-político no exercício da profissão, diante da ausência do Estado na implementação de políticas públicas e o agravamento das expressões da questão social, os quais multiplicam a demanda profissional, além de, diminuir as condições para sua efetivação. Iremos, enfatizar o desafio que o projeto encontra frente a precarização da formação profissional em Serviço Social.

De acordo com Abreu e Lopes (2007, p. 11)

A formação é, pois, parte de um projeto profissional que se define e redefine no movimento contraditório da sociedade a partir de uma direção social estratégica. Nesta discussão, consideramos, portanto, a incidência das contradições engendradas pela atual reestruturação econômica, política e social do capital, sob a orientação neoliberal, na reforma do ensino superior orquestrada pelos organismos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial), e que direcionam para a mercantilização da educação – base da precarização e da flexibilização da formação profissional.

Neste sentido, compreende-se a formação profissional como parte constituinte do projeto ético-político, esta que atualmente, também sofre com a ofensiva neoliberal. O projeto de formação profissional em Serviço Social é materializado nas diretrizes curriculares, que foi amplamente discutida com a categoria e estudantes e aprovada em 1996. De acordo com Konno (2007, p. 80) “As diretrizes curriculares representam a sistematização dos debates desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970 pela categoria profissional [...]”. Os debates que vinham desse período eram permeados pela disputa de projetos políticos. Até que em 1982 é realizada a reformulação do currículo mínimo que expressava o compromisso com o projeto ético-político que se construía naquele momento, renegando as correntes conservadoras que polarizavam a profissão anteriormente.

Foi coordenada pela ABEPSS a formulação da proposta de formação em Serviço Social, embora esta tenha sido enquadrada no formato das diretrizes curriculares, de acordo com o preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96). A proposta coordenada pela ABEPSS, busca a superação das defasagens teórico-metodológicas e fragilidades operativas da formação, sobretudo no que diz respeito à organicidade do currículo no movimento da sociedade brasileira. Entretanto, em 2001, ocorre a desconfiguração das diretrizes curriculares no processo de aprovação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, que preconiza uma proposta esvaziada de conteúdo ético-político. Afirmando uma formação por competência, isto é, pragmática, flexível, polivalente, orientada para o atendimento de exigências imediatas em detrimento da constituição de profissionais críticos (ABREU; LOPES, 2007).

Entretanto, a ABEPSS continua na defesa das diretrizes curriculares comprometida com o projeto ético-político e com a formação profissional de qualidade, aliando-se as entidades representativas como o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, compatível com a direção social defendida hegemonicamente pela categoria profissional. Nesse sentido as três entidades nacionais, respaldadas pela categoria estudantil e profissional, desenvolvem atividades em conjunto como fóruns para discussão, formulação de estratégias e ações políticas eficazes na luta contra a precarização do ensino superior. Como afirma ABEPSS (2004, p. 78) “muitas frentes de trabalho têm sido realizadas em conjunto com o CFESS e com a ENESSO, fortalecendo a articulação entre as entidades representativas e dando materialidades ao projeto”.

A partir da aprovação da LDB em 1996 a educação brasileira passa por processo contra-reforma, o qual precariza as instituições públicas e impulsiona a mercantilização do ensino. As medidas seguem a lógica neoliberal e estão em consonância com as exigências dos organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI, a Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização Mundial do Comércio – OMC que impõem aos países em desenvolvimento uma série de medidas sobre as diversas formas de produção humana.

Nesse sentido, desenvolve-se um intenso processo de precarização do ensino superior e rebatem diretamente na formação profissional do estudante de Serviço Social. Comprometendo, a formação e conseqüentemente, o projeto ético-político, pois neste modelo não é possível formar profissionais capazes de atender o proposto pelo projeto profissional, gerando “uma acelerada

massificação e desqualificação da formação, com evidentes repercussões futuras no exercício profissional” (BRAZ, 2007, p. 9).

A política de contra-reforma do ensino superior se agrava quando o atual governo lança uma série de medidas que visam ampliar a quantia de estudantes matriculados no ensino superior, seguindo as exigências internacionais. Entretanto, essa ampliação não quer dizer investimento Estatal no ensino, o que ocorre atualmente é um incentivo a aberturas de centros de ensinos privados, concedendo a estes incentivos fiscais, bem como uma quase ausência de fiscalização. No ensino superior público, também, pretende-se ampliar as vagas, mas sem que tenha maiores investimentos dos já existem, e desta forma precarizando o ensino público.

O que está em questão hoje, com essa política de expansão desmesurada é uma mudança no sentido e conceituação de universidade: trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção e titulação. Sem considerar relevante definir parâmetros para a garantia de um padrão de qualidade técnica, ética e social, se volta, exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa e submissão às demandas do mercado (BOSCHETTI, 2007, p. 5).

Multiplicam-se, então, as instituições particulares, que em sua grande maioria possui um ensino precarizado, voltado para as exigências do mercado sem a garantia da qualificação e sem a formação crítica e propositiva, de acordo com o projeto profissional, e sem a utilização do tripé ensino, pesquisa e extensão. Nas instituições públicas, o pouco investimento causa a defasagem da infra-estrutura e a pouca contratação de professores acaba dificultando o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, limitando a perspectiva pedagógica até mesmo no âmbito do ensino.

Além desses desafios que já se apresentam ao longo da última década no Brasil, existe um novo elemento que pode colocar a perder o que foi construído historicamente pela categoria profissional dos (as) Assistentes Sociais, a direção social crítica e a defesa intransigente dos direitos sociais, trata-se do ensino de graduação à distância, está em intensa expansão³⁶,

³⁶ Segundo levantamento parcial do conjunto CFESS/CRESS o ensino a distância já atinge mais de quinhentos municípios do país, totalizando a abertura de milhares de vagas. As escolas de ensino presencial totalizam duzentos e cinquenta, criadas ao longo de setenta anos da profissão no Brasil (BRAZ, 2007, p. 8).

massificando o ensino superior e não adotando nenhum dos requisitos necessários para a formação profissional qualificada em Serviço Social (como as diretrizes curriculares).

A modalidade de ensino se expande no Brasil a partir de 2005, com o lançamento pelo governo federal do decreto 5.622, que detalha a oferta da modalidade em todos os níveis de ensino. A abertura não se segue de acompanhamento, fiscalização e avaliação pelo Estado. A responsabilidade por essa avaliação é transferida para o mercado, através da competitividade entre os cursos, e para os indivíduos. (BOSCHETTI, 2007).

O ensino de graduação à distância em Serviço Social vai, de encontro com o projeto profissional e com a direção social defendida pelo projeto ético-político. Conforme afirma Braz (2007, p. 9)

O projeto ético-político supõe também um perfil profissional que pode ser seriamente comprometido pelo cenário atual. Ele envolve a formação de assistentes sociais que condensem níveis de competências (teórica, política e técnica) articulados entre si, voltados para o compromisso com os interesses sociais das classes trabalhadoras. Tais competências e compromissos demandam, por sua vez, a ancoragem numa perspectiva teórica crítica, de cariz anticapitalista.

O Assistente Social necessita de uma formação profissional qualificada para que possa oferecer respostas competentes em seu cotidiano profissional. Um dos princípios do projeto profissional a ser preservado é a resistência ao conservadorismo, que predomina na sociedade atual e que adentra também, no âmbito da categoria profissional. Desta forma, é necessária uma formação alicerçada em matrizes teóricas sólidas para que tenha a compreensão de totalidade em meio a realidade na qual está inserido.

Com o crescimento desenfreado dos cursos privados presenciais e à distância em pouco tempo haverá, de acordo com Braz (2007, p. 9) uma acelerada massificação e desqualificação da formação, isto que terá profundas implicações no âmbito do exercício profissional. Haverá ainda, uma mudança no perfil profissional, em vista a desqualificação deste ensino, repercutindo no projeto ético-político em dois planos. O primeiro se refere ao exercício profissional, que, quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de gerar um excedente da força de trabalho, podendo levar a uma pressão para diminuição salarial.

Nesse sentido Boschetti (2007, p. 13) afirma

O fortalecimento do projeto ético político que norteia a formação e o trabalho profissional do assistente social, comprometido com as necessidades e direitos sociais dos usuários dos seus serviços, exige que se preserve uma formação acadêmico-profissional abrangente, densa e consistente. Tal requerimento vai de encontro a cursos ligeiros e imediatistas, tendentes a estabelecer um divórcio entre o pensar e o fazer.

A segunda repercussão apontada pelo autor, diz respeito ao perfil desse profissional, com formação pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes, principalmente os inseridos na modalidade à distância. O que tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional. Pois, estes, em grande parte surgem da articulação de uma sólida formação e de uma vivência política, sendo a universidade um lócus privilegiado (BRAZ, 2007).

Na tentativa de barrar esse desenvolvimento da precarização, as entidades da categoria formulam coletivamente estratégias para o enfrentamento a esse desafio imposto a profissão. As entidades lançaram manifestos, notas e dados para a categoria, o Ministério da Educação – MEC e para a sociedade. Como afirma Boschetti (2007, p. 8) “Precisamos, mais do que nunca, reafirmar e ter os princípios do nosso projeto ético-político como balizadores das nossas ações e estratégias. Não devemos abrir mão de construir estratégias coletivas que nos unifiquem para enfrentar essa nova ofensiva”.

Uma das estratégias pensadas por parte da categoria profissional foi à adoção do exame de proficiência para a defesa do exercício profissional comprometido com o projeto ético-político, no momento em que a formação profissional sofre profundas problemáticas em vista a adoção do projeto neoliberal e da conseqüente precarização do ensino. Esse exame seria realizado após a conclusão do curso de graduação (presencial ou à distância) para que, se atingir a média do exame, o profissional possa se credenciar junto ao CRESS e atuar como Assistente Social. Essa estratégia está sendo amplamente discutida pela categoria e pelas entidades, pois no 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS³⁷, que ocorreu de 2 a 5 de setembro de 2007, em Natal/RN, foi deliberado que seria decidido no próximo Encontro Nacional CFESS/CRESS, que ocorrerá

³⁷ Este encontro teve como tema: “A ofensiva de desregulamentação no capitalismo contemporâneo: tendências destrutivas das reformas neoliberais no Serviço Social”.

em Brasília no mês de setembro deste ano, se será adotado pelas entidades (no caso CFESS/CRESS) o exame de proficiência para o exercício profissional.

O debate sobre a adoção ou não do exame de proficiência está sendo realizado pelo conjunto CFESS/CRESS juntamente com a categoria profissional, conforme deliberado no 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Foi realizado neste ano oficinas regionais e uma nacional para discussão das estratégias de enfrentamento da precarização do ensino em Serviço Social, na perspectiva da defesa da qualidade no exercício profissional. O debate reunirá posições distintas a adoção ou não adoção do exame está mobilizando profissionais, entidades, estudantes e estudiosos da área.

Nesse sentido, a categoria profissional através das suas entidades representativas, busca estratégias de enfrentamento dessa política que vai de encontro com o projeto profissional. Como afirma Abreu e Lopes (2007, p. 15)

Reafirmamos o entendimento de que a formação profissional em Serviço Social sob as diretrizes curriculares, mas orientada pelo projeto ético-político, move-se entre a flexibilização posta pela política privatista da educação superior para atender às exigências do mercado e a resistência a esta tendência, a partir da afirmação do compromisso profissional com as lutas democráticas e emancipatórias da sociedade.

Frente aos desafios impostos ao projeto ético-político profissional do Serviço Social, em vista ao avanço do neoliberalismo no Brasil, é necessária a resistência e luta permanente pela sua defesa. Nesse sentido a categoria deve atentar para o compromisso com o projeto profissional, seus princípios e os caminhos apontados. Se faz necessário ainda, a união com os sujeitos coletivos com direção social convergente, para que a resistência ao projeto do capital tenha força para o transpor e chegar na construção de uma sociedade baseada na emancipação humana.

3.2 “A BELEZA DE SER UM ETERNO APRENDIZ”: O MESS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

De acordo com o projeto ético-político a formação profissional em Serviço Social, deve capacitar os indivíduos a perceber e atuar de maneira crítica e comprometida, com as diversas expressões da questão social, que se apresentam para este profissional. Os valores defendidos no âmbito do código de ética do Assistente Social devem se situar no campo da defesa da liberdade, e desta forma, no enfrentamento às formas de exploração e de opressão que perpassa a classe trabalhadora no sistema capitalista. Esta compreensão nos direciona a lutar coletivamente, com os demais sujeitos políticos.

Historicamente, o MESS tem sido um espaço coletivo de formação ético-política profissional, em vista a sua direção social em consonância com o projeto profissional do Serviço Social. O MESS, hegemonicamente, possui direção antagônica a sociabilidade capitalista, articulando-se com outros sujeitos coletivos na construção da contra-hegemonia. Orientando-se em valores construídos coletivamente pelo conjunto de estudantes que imprimem ações concretas frente a ofensiva neoliberal.

Como afirma Ramos (2008, p. 2)

Os trabalhadores, organizados politicamente, tentam definir e elaborar, mesmo em meio à ofensiva ideológica do capital, valores, escolhas e práticas políticas que reforcem os interesses de sua classe social no processo de construção duma nova hegemonia. Esse processo de construção é permeado pelas determinações da sociabilidade capitalista, sendo perpassado por contradições e conflitos que se reproduzem no cotidiano de suas vivências coletivas.

Nesse sentido não deve-se desconsiderar que essa construção da contra-hegemonia é realizada em meio a ofensiva do capital, que possui uma ideologia que aliena e oprime a classe trabalhadora, como forma de dominação para sua exploração. “A sociabilidade capitalista tem um sustentáculo moral e ideológico pautado na reprodução de desvalores, tais como: o individualismo, a competitividade e o egoísmo” (RAMOS, 2008, p. 2).

Ao adotar dentro de sua organização processos democráticos e participativos, lutando coletivamente com os segmentos organizados e com direção social convergente, o MESS configura-se como espaço de formação de valores pautados na coletividade e no compromisso com a direção social emancipatória. É necessário que os sujeitos coletivos cultivem valores essenciais para a construção da nova sociabilidade, esses valores irão gerar centenas de outros valores, sempre com o compromisso com a liberdade. Para não se deixar contagiar com a ideologia do capital é necessário contagiar a classe trabalhadora organizada com valores que reproduzam o sentimento de luta pela transformação.

Bogo (2000) afirma que esses valores são: a solidariedade como valor fundamental, a indignação com as injustiças, o compromisso com os propósitos coletivos, a coerência, a esperança, pois, não existem derrotas definitivas, a confiança, que não deve ser perdida nem nos momentos de crise. A alegria, pois a construção levará a conquista de sonhos coletivos, a ternura e a utopia colocadas no sentido de contestação da ordem através dos símbolos construídos coletivamente.

É necessário compreender que a atividade político-estudantil possui o compromisso com uma sociedade nova, justa e igualitária, na qual se abrange, também, um compromisso com o processo de mudança subjetiva, na qual homens e mulheres sejam realmente emancipados e livres de todas as manifestações de poder. É nessa perspectiva, que se priorizam discussões como a da subjetividade, da afetividade, dos valores e da cultura (SESSUNE apud RAMOS, 1996, p. 136).

Sabendo que em meio a sociedade permeia a disputa política-ideológica, e que o MESS é formado pelos diversos sujeitos sociais, não possuindo uma estrutura e direção social cristalizada, mas de maneira a atender ao que foi construído coletivamente pelos estudantes. Santos e Ramos (1997, p. 16) afirmam que

O espaço acadêmico é visto como *locas* de disputa política, por ser uma arena em que diversas concepções de sociedade, de indivíduo e de cultura estão em confronto tanto teórico-politicamente, nas salas de aula ou nas pesquisas, como também no plano político-organizativo, através da participação dos segmentos que compõem a Universidade, nas suas entidades e fóruns.

No MESS, os valores e a direção social são construídos no cotidiano das lutas, nos CAs e DAs, na ENESSO, nos fóruns e espaços de discussão permeados pela racionalidade objetiva da análise das situações concretas e considerando, também, a vontade política. A formulação de estratégias exigem aprofundamento teórico para capacitação dos militantes e compromisso com a vontade coletiva, contribuindo desta forma, com a materialização cotidiana do projeto ético-político do Serviço Social.

Embasada na afirmação de que é necessário ao estudante de Serviço Social uma formação política para compreensão da dinâmica da sociedade e considerando os espaços coletivos de cunho político, que não estão restritos a participação na sala de aula, também como espaço de formação em consonância com o projeto profissional. Não pode-se então discutir formação profissional sem requerer a formação política “pois se desejamos Assistentes Sociais comprometidos com a construção de uma nova ordem societária, o primeiro espaço de discussão que incorpora os anseios e reflexão sobre o projeto ético-político do Serviço Social é o Movimento Estudantil” (VIEIRA, 2003, p. 66).

A direção política é construída no cotidiano das lutas, que são articuladas com os demais sujeitos coletivos e com a categoria profissional. Como a defesa pela Universidade pública e de qualidade, um dos maiores desafios impostos ao MESS, que se articula com o movimento estudantil geral, com a organização docente e outros segmentos dentro e fora das universidades. Organizando suas pautas de lutas em conjunto para poder dar maior visibilidade e impacto para a sociedade e para o governo. Como ocorreu em 2007, quando houve ocupação de diversas reitorias das universidades federais na luta contra a implementação do REUNI, que gerará nos próximos cinco anos uma mudança no perfil das universidades brasileiras³⁸.

Nesse sentido, o projeto educacional defendido pelo MESS está na defesa e luta pela universidade democrática e popular, situando-se na perspectiva de democratização do acesso à educação para as vastas parcelas excluídas desse direito, defendendo, dessa forma os interesses das classes subalternas (RAMOS, 1996, p. 117).

Historicamente o MESS possui a preocupação com a formação profissional que se configura como uma das suas maiores bandeiras de luta, participando dos momentos de

³⁸ O REUNI incentiva a criação de cursos de formação nas áreas de conhecimento geral, como humanidades e tecnológica, descaracterizando a formação profissional e adotando cursos seqüenciais.

construção e discussão com a categoria. A presença e contribuição estudantil, desde da formação das diretrizes curriculares, até os espaços construídos atualmente pela ABEPSS e pelo conjunto CFESS/CRESS tem tido grande peso nas discussões e decisões. Como afirma Ramos (2006, p. 178) “A ENESSO tem envidado grandes esforços a fim de contribuir com a materialização do projeto de formação profissional com clara direção social, construído coletivamente pela categoria, que tem como principal expressão as diretrizes curriculares”.

Através da ENESSO, o MESS articula-se com a categoria e suas entidades representativas na discussão a respeito dos caminhos adotados e desafios postos a formação profissional comprometida com o projeto ético-político. Além da presença da representação discente da ENESSO na ABEPSS, que leva as demandas e propostas estudantis para a entidade que historicamente luta em defesa do projeto profissional e do ensino de qualidade em Serviço Social. Percebe-se então, que a articulação com as entidades da categoria tem sido uma das grandes estratégias de luta pela defesa da formação profissional.

Nos seus fóruns a discussão sobre a formação profissional está sempre presente, além dessa temática constitui-se como prioridade nas atuações da ENESSO. Isto porque, o MESS luta para que os estudantes tenham formação, de acordo com o projeto ético-político, aprofundada teórica, ética e politicamente. Para que possa dar respostas competentes para a classe trabalhadora, na perspectiva de lutar para que o Estado assegure direitos e acesso às políticas sociais.

A participação cotidiana nas universidades através dos CAs e Das, também, é importante para a consonância do ensino com as diretrizes curriculares e na materialização do projeto ético-político em cada unidade de ensino. Entretanto, não se pode separar a discussão da formação profissional da universidade e da conjuntura atual da sociedade, que vive um momento de contra-reforma das políticas sociais, agravando ainda mais a precarização do ensino no país.

Nesse sentido os debates e proposições devem se aprofundar também a respeito da conjuntura e universidade, esses que têm sido eixos priorizados nas discussões nos fóruns do MESS. Para que suas estratégias de ação se efetivem é necessário então um aprofundamento teórico a respeito desse momento que perpassa a sociedade e que vai na contramão do projeto profissional, pois as ações de luta e defesa devem ser contínuas e eficazes, para que em meio a

precarização do ensino não se perca a direção social conquistada historicamente pela categoria profissional e estudantil.

Percebe-se, então, a contribuição que a participação no MESS traz para a formação profissional, em consonância com o projeto ético-político que busca a formação ética, política e teórica. Para a compreensão dessa contribuição no momento das entrevistas aos militantes das teses foi questionado a respeito da importância no MESS na formação profissional, e foi ressaltado por todos os entrevistados a significativa contribuição.

Um (a) dos (as) militantes colocou a seguinte afirmação

Com conhecimento de causa, digo que hoje, formando, tenho certeza que o ME foi fundamental na minha formação. Compreender as correlações de força na sociedade, entender a dinâmica dos espaços políticos, saber fazer um bom enfrentamento político, são algumas das muitas virtudes que os militantes do ME aprender antes de se tornarem Assistentes Sociais.

Como foi afirmado é extremamente necessário ao Assistente Social compreender a dinâmica da sociedade, como também, perceber como sua profissão está inserida neste meio. A percepção da realidade de maneira crítica e propositiva é algo que a participação no MESS oferece aos militantes. Pois como afirma Vieira (2003, p. 47 – 48) a participação no movimento estudantil passa por momentos de discussão e tomada de consciência que propiciam uma maior criticidade diante das questões inerentes a sociedade capitalista.

Esse momento de tomada de consciência torna-se mais enriquecedor quando o MESS articula-se com os demais coletivos organizados, pois a partir da orientação política convergente essa articulação pode propiciar um aprofundamento teórico e uma ação política organizada. Pois esses espaços possuem construção democrática, ocorrendo o debate de idéias e o amadurecimento político.

Esse exercício cotidiano de defesa do projeto ético-político exige que os militantes possuam formação crítica e comprometida, e a formulação das suas estratégias voltadas para mobilização e organização dos estudantes, para que suas ações políticas consigam alcançar seus objetivos. Outra estratégia utilizada deve ser a de articulação com os demais sujeitos coletivos que possuem direção social convergente.

Como afirma um (a) dos (as) entrevistados (as)

Cada estudante que se organiza politicamente sente a necessidade de estudar mais, se aprofundar nas teorias, pois o ato de resistir e se mobilizar precisa ser fundamentado, ou corre o risco de ser sem efeito [...]. O Movimento estudantil de Serviço Social nos coloca em uma posição crítica, e a meu ver coerente, de não só absorver a formação profissional em sala de aula, mas ir além, e utilizar essa teoria na prática durante sua graduação. Acredito que seja um processo dialético muito enriquecedor, pois conseguimos compreender melhor o conteúdo das disciplinas através dessa relação (conhecimento x prática). Na medida em que essa relação se concretiza, conseguimos transformações cotidianas, ou seja, muitas conquistas, o que estimula outras pessoas a participarem do movimento, e assim construir uma história de luta e resistência.

A partir da fala do militante percebe-se a necessidade de aprofundamento teórico, fazendo com que os estudantes tenham também o contato com a práxis, pois em suas ações cotidianas eles exercem o que foi discutido, analisado e planejado pelo coletivo. Esse aprofundamento, também, é essencial para a continuidade da direção política do MESS, visto que esse espaço é permeado por diversas forças políticas.

Como afirma outro (a) militante

[...] para você sustentar um debate é preciso entender do assunto, e o MESS acaba fazendo com que as pessoas estudem para que possam defender seu ponto de vista. Aprende a fazer uma leitura política, de conjuntura, de forças políticas nos espaços, aprende a lidar com diferentes forças políticas, a compreender qual é a importância de cada espaço, como lidar com as pessoas. Estar no MESS nunca é uma perda de tempo, ou como muitos acham, espaço de partidos políticos, pelo contrário, estar no movimento estudantil é uma grande oportunidade de aprender mais, de somar o que você aprende na graduação com o que tem sido discutido dentro do movimento estudantil.

Nesse sentido o MESS é um espaço que privilegia a compreensão da dinâmica da sociedade, sendo ainda um espaço onde existe uma pluralidade de idéias a partir das diversas forças políticas que existem em seu interior. Entretanto, não é um espaço onde se privilegia a disputa pela disputa, que se distancia do perfil crítico e democrático que permeia o MESS.

A participação no MESS não se restringe em si mesmo, pois se articula com os demais sujeitos políticos organizados propiciando uma interação entre esses coletivos, o que estimula e fortalece suas lutas. Essa articulação e a possível convergência de direção social, pode incentivar a participação dos estudantes nesses espaços políticos como os movimentos sociais, partidos políticos e outros sujeitos coletivos. Essa participação que é garantida pelo Código de

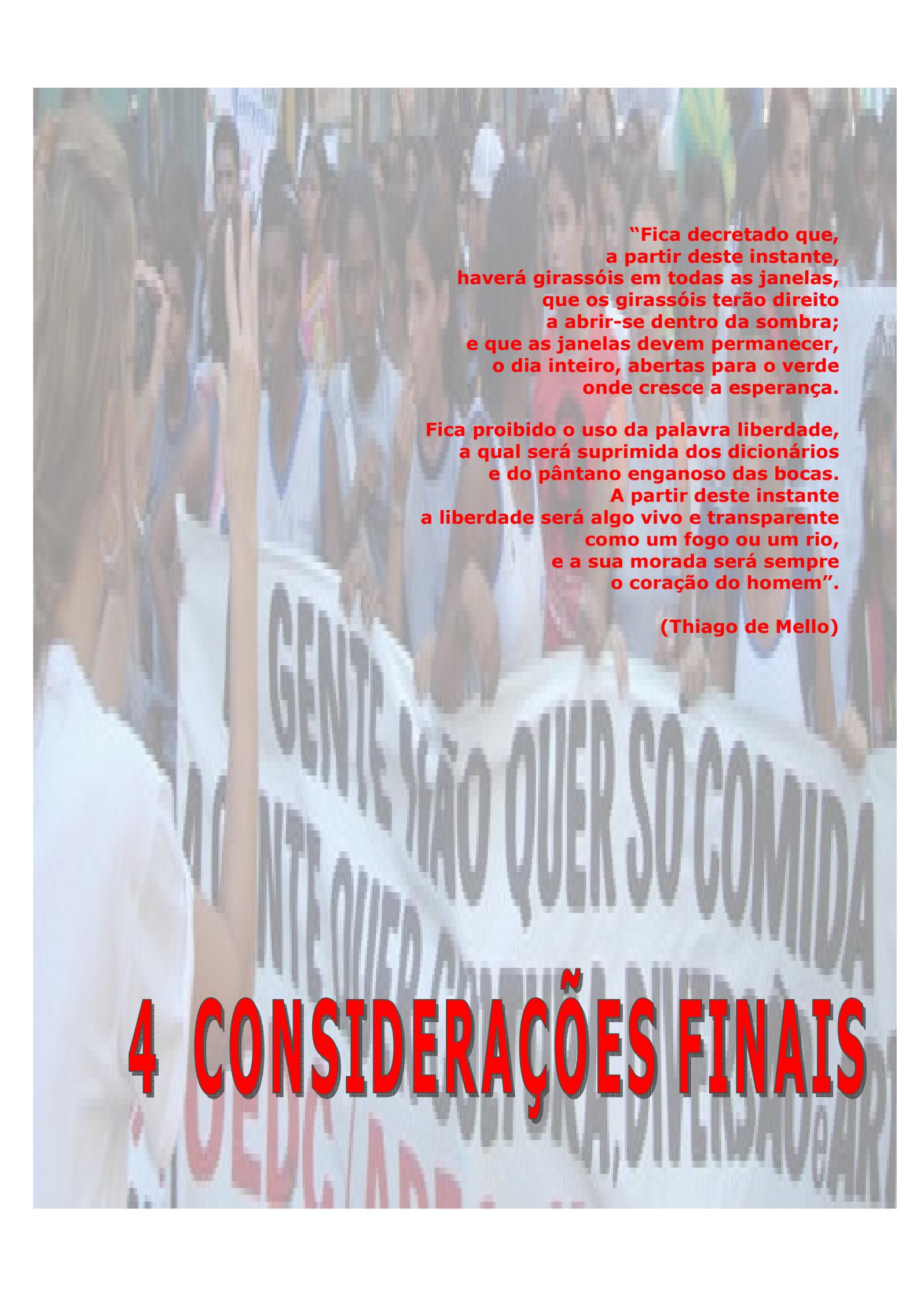
Ética Profissional do Assistente Social em seu artigo 12, alínea b, o direito em “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 2007, p. 19).

A participação nesses espaços democráticos de luta por direitos, na perspectiva de construção de uma nova sociedade oferece ao estudante não só o enriquecimento na formação profissional, mas também enquanto sujeito político e de direito. Os valores que permeiam esses espaços acrescentarão também nas suas relações sociais com os demais sujeitos, envolvidos ou não nos movimentos sociais. Nesse sentido, no questionário da pesquisa um (a) militante afirma:

A importância dessa formação política está na forma de atuação desse estudante quando se tornar profissional (na busca pela consolidação do projeto ético político hegemônico no S.S) e na visão de mundo que ele vai ter. Essa formação terá consequências diretas na sua vida pessoal e na vida das pessoas que lhe rodeiam.

A experiência vivenciada no MESS acaba por disseminar valores culturais e políticos nos diversos espaços da vida do indivíduo (relações sociais e pessoais), propiciando a convivência ética entre o pluralismo e a disputa, o diálogo aberto e a defesa dos princípios, a busca do entendimento e os projetos de transformação, respeitando as opiniões, e tenha a possibilidade de aprofundar a compreensão social e até de elaborar estratégias e táticas de mudança social (VIEIRA, 2003).

Nesse sentido, a vivência no MESS traz ao estudante a oportunidade de participar da organização da categoria, para o fortalecimento das lutas em defesa da formação profissional em consonância com o projeto ético-político e para uma maior articulação das lutas em defesa da classe trabalhadora. Contribuindo para que o estudante tenha uma percepção crítica a respeito da realidade social da qual está inserido, e desenvolvendo o papel de sujeito político nesta. Em sua formação profissional essa participação lhe propicia um aprofundamento teórico e político a respeito das questões relativas a profissão, bem como lhe imprime o compromisso de defesa classe trabalhadora, em vista que este é uma das lutas do MESS.



**“Fica decretado que,
a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer,
o dia inteiro, abertas para o verde
onde cresce a esperança.**

**Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.**

**A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
e a sua morada será sempre
o coração do homem”.**

(Thiago de Mello)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista a uma nova ordem social a classe trabalhadora organiza-se politicamente para lutar em defesa intransigente dos direitos sociais, da igualdade social e da emancipação humana. Esta luta que em tempos de crise do capital é reprimida e não é reconhecida, nem pela própria classe trabalhadora, que submetida a intensos processos de alienação impostos pelo capital desacredita que outra forma de sociabilidade seja possível. Nesse sentido, a luta é cotidiana, contra o capital que percebe o homem/mulher apenas como força de trabalho que gera a produção da riqueza, sem socialização para a maioria da população. A luta é também, contra sua ideologia que retira as possibilidades subjetivas quanto a construção de outra forma de sociabilidade, como se o capitalismo fosse algo intrínseco a humanidade, como se a exploração do homem pelo homem fosse algo natural.

Os movimentos populares em muitos momentos históricos foram capazes de resistir e fazer pressão por melhores condições de vida e de trabalho e acesso universal aos direitos e as políticas sociais. Os segmentos dominantes combinam ações de ideologia com repressão através de diversos instrumentos. Do ponto de vista ideológico utiliza a mídia para mostrar a sociedade falsas verdades sobre os movimentos sociais, como se a luta destes não fosse pela classe trabalhadora. A repressão através do Estado também é essencial para ‘acalmar’ os sujeitos coletivos, isto porque o Estado é uma instituição que já surge atrelada a burguesia e até os dias atuais defende seus interesses.

Em meio às diversas formas de organização política, se insere o MESS que “vem, ao longo desses anos, cumprindo com o importante papel de aglutinador da juventude, constituindo-se canal de expressão coletiva dos (as) estudantes de Serviço Social” (RAMOS, 2008, p. 8). Hegemonicamente luta em conjunto com a classe trabalhadora, defendendo seus interesses através das suas ações políticas. A luta pela educação é uma das suas principais bandeiras de luta, atrelada a formação profissional de qualidade. Suas principais bandeiras de luta se baseiam na defesa da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, presencial e de qualidade. Essas diretrizes delimitam alguns caminhos a serem percorridos. Desta forma, o movimento estudantil define suas ações de maneira democrática e partir dos interesses dos estudantes.

O MESS possui direção política hegemônica e clara, em consonância com a direção social da categoria profissional. Esta que através do seu projeto ético-político orienta os princípios da formação dos profissionais, bem como, o exercício profissional. O projeto defendido que é contrário ao sistema capitalista sofre, portanto, tensões impulsionadas pela ideologia dominante que reproduz o conservadorismo, que tenta imprimir na sociedade a certeza da impossibilidade de superação da ordem vigente.

A formação profissional do estudante de Serviço Social atualmente é fruto de diversas discussões na categoria profissional dos assistentes sociais. Em vista da crescente precarização do ensino superior, impulsionada pelo desenvolvimento do neoliberalismo. Em meio a essa ofensiva as entidades representativas (profissionais e estudantes) organizam-se na luta pela garantia da educação qualificada e comprometida com o projeto profissional construído historicamente pela categoria.

Para a materialização das suas lutas é necessário que o MESS mantenha articulação contínua com os movimentos sociais e com a categoria, em vista que, mesmo que no âmbito interno à universidade, ou as questões relativas aos estudantes, suas lutas são derivadas do projeto neoliberal. Nesse sentido, as alianças poderão em conjunto definir melhor suas estratégias e alcançar maior expressividade para suas ações políticas em busca da emancipação humana.

Entretanto, não pode-se deixar de enfatizar que essa organização ocorre em meio a ofensiva ideológica do capital, que reproduz a apatia e a descrença na superação da ordem, além de gerar valores como o individualismo e o egoísmo. É posto então, aos militantes o desafio de reaproximar o MESS do conjunto de estudantes e fazer com que estes se compreendam enquanto sujeitos políticos, participando das lutas cotidianas e fortalecendo o MESS, pois ações políticas e mobilização não tomam proporção se realizadas apenas pelos dirigentes das entidades, sendo necessária a organização estudantil como um todo para efetividade das ações do movimento.

Esse desafio posto ao MESS requer dos dirigentes e militantes formação teórica e política para que sua argumentação e estratégias estejam em consonância com sua direção social, exigindo, ainda, de seus dirigentes a adoção de postura que vise a articulação do movimento com os diversos sujeitos políticos, mas respeitando a pluralidade de idéias existentes no seu interior e baseando suas estratégias e lutas no que foi deliberado democraticamente pelo conjunto de estudantes.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABESS. **O processo da formação profissional do Assistente Social**. Caderno ABESS. N. 01. São Paulo: Cortez, 1986.

ABEPSS. A formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 72 – 81, set. 2004.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e diretrizes curriculares. **INSCRITA**, Brasília, n. 10, p.11 - 16, nov. 2007.

AMMANN, Safira Bezerra. Movimentos Sociais: unidade na diversidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, p. 126 – 136, 1991.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

BOSCHETTI, Ivanete. **As contra reformas para a Formação e Exercício Profissional**: a insuficiência do Exame de Proficiência como estratégia de enfrentamento. Rio de Janeiro, 2007. Texto apresentado no Seminário:“Desafios Atuais da Formação Profissional: exame de proficiência e o ensino à distancia”, organizado pelo CRESS/RJ.

BOGO, Ademar. Valores que deve cultivar um lutador do povo. In: CONSULTA POPULAR (Org.). **Valores de uma Prática Militante**. São Paulo: Consulta Popular, 2000. p. 48 – 79. (cartilha nº 09)

_____ (Org.). **Teoria da organização política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Mao. São Paulo: Expressão popular, 2005.

_____ (Org.). **Teoria da organização política II**: escritos de Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho Chi-minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão popular, 2006.

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília, 2007.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em cheque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **INSCRITA**, Brasília, n. 10, p. 5 – 10, nov. 2007.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **O estado desenvolvimentista e o Nordeste**: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional. Natal: UFRN, 2006. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional).

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento Estudantil de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte**: trajetória histórica na luta por uma universidade pública e de qualidade. Mossoró: UERN, DESSO. Trabalho Monográfico, 2007.

CFESS. Resolução CFESS nº 273/93: institui o Código de Ética Profissional do Assistente Social e dá outras providências. In: CRESS/RN (Org.). **Coletânea de Leis Serviço Social**. Natal: CRESS/RN, 2007.

CONLUTE. **O histórico da CONLUTE**. Disponível em: <www.conlute.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2008.

ENESSO. **Pro dia Nascer Feliz**: contribuição para movimento estudantil de serviço social. Salvador, 1994.

_____. **Coletânea de textos sobre formação profissional**. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Estatuto da ENESSO**. Contagem, 2007a.

_____. **Relatório do Planejamento Estratégico**. Belo Horizonte, 2007b.

_____. **Cartilha da ENESSO: 20 anos**. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos.

GOHN, Maria da Gloria. **A abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais**. S/l: s/d.

GUERRA, Yolanda. O projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, p. 5-33, set. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. Transformações societárias, alterações no “mundo do trabalho” e Serviço Social. **Ser Social**, Brasília, n. 6, p. 45 – 78, jan./jun. 2000.

IANNI, Octávio. **O reencantamento do mundo**. S/l: s/d.

JORGE, Maria Rachel Tolosa. A construção curricular no Serviço Social: processo permanente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, p. 127 – 149, 2000.

KAMEYAMA, Nobuco. Concepções sobre a “questão social”. In: KAMEYAMA, Nobuco. **Crise e reestruturação no capitalismo tardio: elementos pertinentes para o serviço social**. Texto da conferência para o concurso público para o cargo de Professor Titular do Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

KONNO, Cristiane Carla. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. In: ROESLER, Marli Renate Von Borstel (Org.). **Recortes Temáticos: nossas reflexões nos 20 anos do curso de serviço social da UNIOESTE**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007. p. 71 – 83.

LENIN, Vladimir. **As Três Fontes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006

MARCONDES, Celso. **Anos incríveis**. In: Teoria & Debate. n. 35. 1997

MARX, Karl. **O Capital**: crítica a economia política. Livro primeiro. Tradução de Reginaldo Santana. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. vol. II.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido comunista**. Tradução Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder. 13 ed. Bragança Paulista: Editora universitária São Francisco, 2005. (Coleção Pensamento Humano).

NASCIMENTO, Jussara Keilla B. do. **Juventude e Políticas Públicas**: A percepção dos jovens estudantes do ensino médio sobre as políticas públicas para a juventude no município de Natal/RN. Natal: UFRN, DESSO. Trabalho Monográfico, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo I: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 5 – 26, set. 2004.

_____. Das ameaças à crise. **INSCRITA**, Brasília, n. 10, p.37 – 40, nov. 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.), et al. **Reforma Universitária do Governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Fazer profissional do assistente social: um aprender multifacetado. **Revista Desafios Sociais**. ano 1. n. 1 (jul./dez. 2001). Natal/RN: UFRN/CCSA, 2001.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A mediação das Organizações Políticas. **INSCRITA**, Brasília, n. 10, p. 41 – 46, nov. 2007.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A materialização de valores emancipatório na construção da organização política: A particularidade do Movimento Estudantil de Serviço Social no contexto brasileiro pós-ditadura**. Aracaju, 2008. (Texto apresentado no I Seminário de Formação Política do MESS).

_____. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social**: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos. Recife: UFPE, CCSA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 1996.

_____. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: **Serviço Social e Sociedade – Ano XXV**, nº 88, 2006, p.160 – 181.

ROIO, José Luiz Del. **O que todo cidadão precisa saber sobre Movimentos Populares no Brasil**. São Paulo: Global, 1986. (Cadernos de educação política. Série trabalho e capital)

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**: para uma crítica da filosofia política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____, Emir. **O anjo torto**: esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 73 – 92, 2000.

SANTOS, Silvana Mara Moraes; RAMOS, Sâmia Rodrigues. O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social. In: **ABESS**. N.07. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Tiago Barbosa dos. **A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação**: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional. São Paulo: PUC/SP. Trabalho monográfico. 2007.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política**: estudo de um movimento (RN- 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Cláudia Maria Moreira da. **Juventude e Participação Política**: um estudo dos jovens Xucuru de Orurubá. Natal: UFRN, DESSO. Trabalho Monográfico, 2004.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade**. S/l: s/d. (Texto é produto de uma discussão realizada no seminário temático Educação e Movimentos Sociais).

UNE. **Movimento**: revista da união nacional dos estudantes. N. 18. São Paulo, 2007.

UNIFICADO. **AI-5**: o mais cruel dos Atos Institucionais. Disponível em: <www.unificado.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2008.

VASCONCELOS, Ailton Marques de; SAMPAIO, Karlene Lobo. **A trajetória política dos encontros estudantis de Serviço Social**. In: Seminário Nacional de Formação profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social, 7, s/l, 2003. CD-ROM.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer Monografia na prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TOURAINÉ, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). **Classes médias e política o Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.

VIEIRA, Daniela Araújo. **M.E. "Compromisso e resistência"**: uma história de vidas na construção de Serviço Social. São Luís: UFMA, CCSA. Trabalho monográfico, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Estatuto da ENESSO

ESTATUTO DA ENESSO

Título I

Da Natureza e finalidade

Art.1º A Executiva Nacional das (os) Estudantes de Serviço Social - ENESSO, é a entidade máxima de representação das (os) estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos e eleita anualmente no Encontro Nacional das (os) Estudantes de Serviço Social – ENESS.

§1º A ENESSO, garantindo sua autonomia, reconhece a entidade UNE como instância de representação do movimento estudantil lutando para que a mesma estimule, unifique e fortaleça a luta das (os) estudantes pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e juntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário.

§2º A ENESSO tem como sede a escola que for definida pelas(os) coordenadoras(es) desta.

Art.2º A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação político-profissional das(os) estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros, material informativo, construção de campanha relativas as lutas estudantis, gerais e da categoria, dentre outros;
- b) promover o fortalecimento político, organizacional das entidades de base (CA's e DA's) e apoiar sua construção e organização onde não existam;
- c) promover e participar do debate acerca das demandas das(os) estudantes de Serviço Social;
- d) garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- e) viabilizar a integração com movimentos populares, sociais e classistas, buscando autonomia política e financeira dos mesmos, como forma de crescimento político das(os) estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;
- f) consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas no movimento estudantil e construir novas alternativas de luta para o movimento;
- g) coordenar e organizar nos encontros Estaduais, Regionais e Nacionais, junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos.

Título II

Da Divisão Regional das Escolas

Art.3º Como forma de divisão organizacional para efeito de melhor atingir seus objetivos, a ENESSO será dividida em regionais, com a seguinte distribuição:

- a) Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí;
- b) Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;
- c) Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia;
- d) Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba);
- e) Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;
- f) Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- g) Região VII – São Paulo.

Parágrafo Único – A Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, bem como representação Discente Nacional e Regional em ABEPSS deverá manter e fornecer a relação atualizada das escolas de Serviço Social de todo país constantemente, nos veículos de comunicação de acesso aos C.A.'s/ D.A.'s e demais estudantes de base, como disponibilizada no site da executiva.

Título III

Das Instâncias Deliberativas

Art.4º São instâncias deliberativas da ENESSO:

- a) ENESS;
- b) CONESS;
- c) ERESS;
- d) CORESS.

Seção I

Do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Art.5º O Encontro Nacional das (os) Estudantes em Serviço Social – ENESS é a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação ético-político-profissional, cultura e outros temas relevantes ao Serviço Social, previamente definidos no CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política das (os) Estudantes de Serviço Social no país.

§1º A preparação do ENESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ Escola Sede/ Representante Discente em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

1 – A ENESSO e REPRESENTAÇÃO discente em ABEPSS, como comissão organizadora DEVERÃO comunicar-se com as escolas, a fim de divulgar e incentivar a participação das (os)

estudantes, e no período do Encontro Coordenar juntamente com as outras entidades que compõem a comissão organizadora todos os espaços do ENESS;

2 – A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, respeitando a lei de acessibilidade, e divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro, para as escolas de Serviço Social a comissão organizadora deverá se manter em diálogo constante;

3 – As escolas próximas à escola sede poderão compor a comissão organizadora, visando contribuir na viabilização da infra-estrutura do encontro.

§2º Participam do ENESS com direito a voz todas (os) estudantes do Serviço Social de todo país e as (os) estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, ficando a competência da comissão organizadora, criar um critério de diferenciação entre votantes e não votantes. Dentre as (os) participantes do encontro tem direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 21 deste estatuto.

1 – Regimento Interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá a plenária sua aprovação;

2 - Processo de votação do ENESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CA's e DA's que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto, deverão fazer acordo no CONESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CONESS a escola não poderá votar;

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CA's e DA's) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade;

c) que o voto das escolas que estão com CA's e DA's em processo de construção, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura;

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CONESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ENESS, incluindo prestação de contas.

Art.6º A plenária final do ENESS deverá:

- a) a comissão organizadora deverá divulgar para todas as escolas do país num prazo de 45 dias o relatório das deliberações da plenária final do ENESS, bem como prestação de contas;
- b) deliberar o local do próximo CONESS e ENESS, sendo que a escola deverá ser eleita priorizando a rotatividade entre as regiões, e em caso de não haver proposição será a região seguinte;
- c) avaliar, traçar planos de lutas, discutir o programa da ENESSO e eleger a próxima coordenação nacional da ENESSO, ficando a eleição das coordenações regionais para os ERESS de cada região (sendo que estes só assumirão a sua gestão junto a gestão da ENESSO Nacional). Sendo o caderno de deliberações cumulativo, ou seja, que uma deliberação do ENESS só seja discutida novamente se questionada.

Parágrafo Único - Esta deliberação só entrará em vigor a partir dos próximos ERESS de 2008;

- d) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SNFPMESS.

Seção II

Do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.7º O Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CONESS reúne anualmente representantes das entidades estudantis de Serviço Social a nível Nacional para definir a pauta do ENESS e realizar discussões de formação política e profissional.

§1º O CONESS será realizado na primeira quinzena do mês de maio e o ENESS na Segunda quinzena do mês de julho.

§2º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CONESS.

§3º A comissão organizadora deverá divulgar a data do CONESS num prazo mínimo de 60 dias e a pauta em no mínimo 45 dias.

§4º Os participantes do CONESS deverão apresentar a Ata de posse do C.A/ D.A ou ata da assembléia que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§ 5º O CONESS poderá ser acionado em caráter extraordinário, com pelo menos 35 dias de antecedência pela ENESSO ou por 1/3 dos CA's e DA's, considerando as necessidades da escola sede do ENESS

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CONESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e Representação Estudantil em ABEPSS). No CONESS a comissão organizadora do ENESS deverá socializar a planilha de custos prevista do encontro bem como sua data oficial para divulgação.

Parágrafo Único - O processo de votação do CONESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada C.A/ D.A ou representante eleito em assembléia, tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção III

Do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social

Art.8º O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social – ERESS é o encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO.

§1º A preparação da infra-estrutura do ERESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

1 – A comissão organizadora é composta pela: ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, escola sede e representação estudantil em ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e com o apoio das escolas vizinhas que se propuserem.

2 – A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro (sujeito a alteração), para as escolas de Serviço Social. Manter comunicação constante com a ENESSO e ABEPSS.

§2º Participam do ERESS com direito a voz todas (os) estudantes do Serviço Social de todo país e as (os) estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, ficando a competência da comissão organizadora, criar um critério de diferenciação entre votantes e não votantes. Dentre as (os) participantes do encontro tem direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 21 deste estatuto.

1 – Regimento Interno do encontro determinará o processo eleitoral e submeterá a plenária sua aprovação.

2 - Processo de votação do ERESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CA's e DA's que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 21 desse estatuto, deverão fazer acordo no CORESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CORESS a escola não poderá votar.

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CA's e DA's) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade.

c) que o voto das escolas que estão com CA's e DA's em processo de construção, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura.

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CORESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Art.9º A plenária final do ERESS deverá:

a) deliberar o local do próximo CORESS e ERESS priorizando a rotatividade entre os estados da região caso não tenha sido deliberado o local, o mesmo deverá ser feito até 30 dias após o ERESS, articulação por conta da ENESSO;

b) eleger os representantes da próxima coordenação regional sendo que estes assumirão a gestão a partir da plenária final do próximo ENESS, junto com os coordenadores nacionais;

c) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SRFPMESS. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito em até 30 dias após o ERESS com a articulação da ENESSO;

d) aprovar propostas somente como contribuição para o ENESS.

e) A comissão organizadora deverá enviar a todas as escolas da região num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Seção IV

Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.10º Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social – CORESS reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS realizando discussões acerca formação política e profissional.

a) o CORESS será realizado na primeira quinzena de dezembro e o ERESS na segunda quinzena de abril.

§ 1º O CORESS poderá ser acionado e caráter extraordinário pela coordenação regional ou por 1/3 dos CA's/DA's, sendo convocado com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando as necessidades da região.

§2º A comissão organizadora deverá enviar as escolas da região num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CORESS.

§3º As (os) participantes do CONESS deverão apresentar a ata de posse do C.A/D.A ou ata da assembléia ou ofício reconhecido com assinatura que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§4º Só terá direito a voto no CORESS as entidades de base (CA/ DA) que estiverem quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a, b e f do artigo 21 desse estatuto.

§5º O regimento interno do encontro determinará os procedimentos adotados durante o mesmo.

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CORESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

Parágrafo Único - O processo de votação do CORESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada CA/DA ou representante eleito em assembléia tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção V Da Diretoria

Subseção I Da Composição

Art.11º A diretoria da ENESSO, eleita anualmente no ENESS, compõe-se de:

- a) 01 (um/a) Coordenador (a) Geral;
- b) 01 (um/a) Secretário (a) Geral;
- c) 01 (um/a) Coordenado (a) de Finanças;
- d) 01 (um/a) Coordenador (a) de Comunicação;
- e) 01 (um/a) Secretário de Formação Político – Profissional;
- f) 01 (um/a) Coordenador (a) de movimentos sociais, cultura e valores;
- g) 01 (um/a) Coordenador (a) de Relações Internacionais;
- h) Coordenadores (as) regionais.

§1º Os cargos descritos nas alíneas a e g deverão ser ocupados por estudantes pertencentes a uma mesma escola ou região, consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse Estatuto, e compõe a Coordenação Nacional da ENESSO, sendo esta diretoria um modelo colegiado.

§2º Os cargos descritos na alínea h deverão ser ocupados por no mínimo dois representantes de cada região, respeitando os estados consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse estatuto, e seus ocupantes serão eleitos pelas escolas em plenária regional autônoma durante a plenária final do ERESS, de acordo com os critérios definidos no regimento interno desse encontro. As chapas de cada região poderão indicar suplentes até o número de coordenadores regionais, que só poderão assumir em caso de renúncia dos titulares.

§3º A Diretoria se reunirá de acordo com suas necessidades com o objetivo de viabilizar formas de encaminhar as deliberações do ENESS, bem como tratar de questões referentes as (os) estudantes e fornecer subsídios para a formação profissional e política dos estudantes.

Subseção II

Da Competência

Art.12º Compete ao Coordenador (a) Geral:

- a) garantir junto as outras coordenações a execução das deliberações do ENESS.
- b) coordenar a elaboração do programa de trabalho e outras atividades que se fizerem necessárias ao funcionamento da Entidade.

Art.13º Compete ao Secretário (a) Geral:

- a) secretariar reuniões, assembléias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) preparar e expedir correspondências e demais expedientes da ENESSO;
- c) organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria, bem como documentar material produzido enquanto registro da história do Movimento Estudantil via CA's/DA's e coordenações Regionais;
- d) requerer às escolas sede dos encontros nacionais/ regionais, as atas, sistematizações e outras documentações destes para os anais da ENESSO.

Art.14º Compete ao Coordenador (a) de Finanças:

- a) controlar o recebimento de contribuições, auxílio e subvenções destinadas à Entidade;
- b) organizar e acompanhar a execução do plano de receitas e despesas da ENESSO;
- c) movimentar as contas bancárias;
- d) manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar prestação de contas no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base;

Art.15º Compete ao coordenador (a) de comunicação.

- a) sistematizar e divulgar as informações da ENESSO, das escolas, dos movimentos estudantis, sociais e populares, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como de entidades nacionais e internacionais estudantis e profissionais de Serviço Social, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- b) manter contatos com a une e os demais espaços de organização do movimento estudantil nacional os representantes e entidades de outros cursos responsáveis pela informação do movimento estudantil;

Art.16º Compete ao Secretário (a) de Formação Político-Profissional:

- a) contribuir para o processo de intervenção político-pedagógica dos estudantes, em conjunto com as representações estudantis em ABEPSS, no sentido de garantir, ampliar e afirmar a respeitabilidade acadêmica diante da categoria profissional e do movimento estudantil;
- b) fomentar e potencializar junto às representações estudantis em ABEPSS, no processo de formação acadêmica a nível de produção científica de ensino extensão e dos desafios postos à formação profissional.

Art.17º Compete ao coordenador (a) de Movimentos Sociais, Cultura e Valores:

- a) garantir a articulação do movimento estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais reforçando a importância de sua participação no mesmo;
- b) fortalecer a luta do movimento estudantil de Serviço Social junto aos outros movimentos sociais a ponto de contribuir de forma significativa para a construção de um novo projeto societário;
- c) estimular a participação da ENESSO e entidades de base e demais estudantes junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais;
- d) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais;
- e) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art. 18º Compete ao coordenador de cultura e valores:

- a) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais.
- b) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art.19º Compete ao Coordenador (a) de Relações Internacionais:

- a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países;
- b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade;
- c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria de Serviço Social.

Art.20º Compete as Coordenações e Sub-Coordenações Regionais:

- a) efetivar um trabalho entre os coordenadores de CA's/ DA's, potencializando a dimensão político-organizacional da região;
- b) elaborar e fazer executar o programa integrado a programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento da região;
- c) encaminhar propostas à Diretoria da ENESSO no que se refere ao movimento estudantil e a formação profissional;
- d) sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, e da categoria dos Assistentes Sociais, bem como a realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;
- e) assessorar as escolas para potencializar a formação política dos CA's / DA's.
- f) socializar e divulgar uma política cultural que crie mecanismos de aglutinação dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Título IV

Artigo I. Das Instâncias Organizativas

Art.21º A ENESSO realizará bianualmente e de forma alternada Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, reunindo os estudantes de Serviço Social a nível nacional ou regional, bem como suas entidades representativas, categorias profissionais em nível nacional ou regional e a comunidade em geral.

§1º Esses seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e, em especial, da formação político-pedagógica das (os) estudantes e de suas entidades representativas.

§2º Nesses fóruns resguardar-se-ão espaços destinados à apresentação de produções discentes, oriundas da iniciação científica, extensão, estágio curricular e monografias de conclusão de curso, proporcionando a socialização da produção acadêmica no âmbito nacional ou regional colocado no tripé ensino, pesquisa e extensão;

§3º A definição e o formato da apresentação ficam a cargo da comissão organizadora do evento, que deverá divulgar os critérios de apresentação com pelo menos 90 dias de antecedência.

§4º O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social acontecerá nos anos ímpares e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudante de Serviço Social nos anos pares.

§5º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais, num prazo de 30 dias um relatório do encontro e prestação de contas, o que garantirá direito ao voto das (os) estudantes da escola sede, comprovando a isenção da anuidade.

Título V

Seção 1.01 Das Finanças e do Patrimônio

Art.22º Compõem as finanças da ENESSO:

a) uma anuidade paga pelas entidades de base, preferencialmente, Direto ao Coordenado (a) de Finanças, no valor equivalente ao salário mínimo vigente no país, da seguinte forma: 50 % no ENESS e 50% até o Seminário de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, nacional ou regional, sendo 50% para a Coordenação Nacional e 50% para a Coordenação Regional.

b) repasse do lucro líquido do CONESS, CORESS, ERESS e ENESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a coordenação nacional e 20% para a coordenação regional, 50% para a escola sede e 10% para a representação estudantil em ABEPSS (nacional ou regional, de acordo com o caráter do encontro), no prazo de 30 dias após a realização de cada evento;

c) repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15% para a Coordenação Regional, 20% para a Representação estudantil em ABEPSS Nacional e 50% para a escola sede.

d) repasse do lucro líquido do SRFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 30% para a ENESSO, sendo 15% para a Coordenação Nacional e 15 % para a Coordenação Regional, 20% Para a Representação estudantil em ABEPSS Regional e 50% para a escola sede.

e) quaisquer doações feitas à ENESSO, que não fira a autonomia e independência do Movimento Estudantil, sendo referendada nos encontros deliberativos.

Art.23º As escolas sede do ENESS, ERESS, CONESS, CORESS, Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social não pagarão a anuidade descrita na alínea a do artigo 21.

Art.24º O Patrimônio da ENESSO será administrado pela diretoria.

Título VI

Do Processo de Eleição

Art.25º A eleição da ENESSO será realizada na Plenária final do ENESS e a chapa eleita terá o mandato de um ano.

Art.26º São elegíveis todas (os) as (os) estudantes de Serviço Social devidamente credenciado no ENESS e ERESS desde que ainda estejam no curso ao término do mandato.

Parágrafo único – São inelegíveis os membros da comissão eleitoral.

Art.27º As chapas deverão ser inscritas juntamente à Coordenação Nacional da ENESSO durante o ENESS, até 24 horas antes do início da Plenária Final, preenchendo os seguintes requisitos:

Parágrafo Único – Salvo no XXIX ENESS, devido ao atraso da programação.

- a) indicar um fiscal por chapa;
- b) preencher e especificar os cargos determinados no artigo 11 desse Estatuto, devendo constar os nomes completos dos componentes da chapa e respectivas escolas.

Art.28º a - a comissão eleitoral é composta por dois representantes de cada chapa e um representante da atual diretoria da ENESSO, 24 horas antes do início da plenária final.

§1º Salvo no XXIX ENESS, devido ao atraso da programação.

§2º O representante da diretoria da ENESSO é escolhido em reunião.

Art.29º A Comissão eleitoral encaminhará o Processo de votação.

Art.30º O processo eleitoral se dará por votação.

Art.31º A chapa inscrita será eleita se tiver 50% mais um (01) dos votos das (os) estudantes presentes.

Parágrafo Único – Caso a chapa não obtenha 50% mais um (01) dos votos, será submetida à plenária um novo processo de eleição dos inscritos presentes.

Art.32º Ao final do pleito, a comissão eleitoral deverá apresentar um relatório final com os resultados do pleito que será entregue à comissão organizadora do encontro.

Título VII

Das disposições Gerais e Finais

Art.33º Havendo prejuízo na organização do ENESS, CONESS, ERESS, CORESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional Movimento Estudantil em Serviço Social, este deverá ser dividido pela escola sede, Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, conforme percentuais definidos na alínea b e c do artigo 21 desse Estatuto.

Art.34º O Secretário de escola será eleito pela Unidade de Ensino, podendo estar incorporado ao CA/ DA, respeitando a autonomia dos mesmos.

Art.35° O Sub-Coordenador de cada região poderá ser indicado pelo conjunto das (os) estudantes reunidos em ERESS de cada região e votado em plenária regional no ENESS e legitimado na plenária final, tendo suas competências descritas no artigo 19, alíneas a, b, c, d e e.

Art.36° A diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

Art.37° Este estatuto será revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente.

Art.38° em caso de suspeita de fraude:

a) que seja garantido “questão de ordem” em qualquer processo deliberativo pela coordenação da mesa;

b) que seja garantido a apuração imediata da denúncia pela coordenação da mesa;

c) constatada a fraude e identificado o autor(a) desta, que se retorne ao início da votação do artigo em que foi paralisado o processo. a sanção é proposta e deliberada pela plenária.

Art.39° Este estatuto rege a Entidade e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Contagem, 19 de julho de 2007.

ANEXO

ANEXO A – Questionário usado nas entrevistas

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A FORMAÇÃO POLÍTICA DO (A) ESTUDANTE DE SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

Dados pessoais:

- 1) Qual o semestre letivo que está cursando?
- 2) Há quanto tempo milita no MESS?
- 3) Já fez parte de alguma entidade representativa no MESS?

Questões gerais:

- 1) A tese ou grupo político tem nome? Qual?
- 2) Como e em qual contexto histórico surge a tese ou grupo político que você faz parte? O grupo está inserido no ME geral?
- 3) De que maneira o grupo desenvolve suas ações políticas no MESS e fora dele?
- 4) Qual a perspectiva que o grupo objetiva para o MESS?
- 5) Qual a análise que você faz do atual cenário político brasileiro? E como essa conjuntura reflete no MESS?
- 6) Para você qual a importância do MESS na formação política do estudante de Serviço Social?